

Angelina
Colombo
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de março de 2024**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	30
Balancos patrimoniais	33
Demonstrações financeiras do resultado	34
Demonstrações financeiras do resultado abrangente	35
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	36
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	37
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	38

Safra 2023/24



COLOMBO
AGROINDÚSTRIA

Relatório da Administração

Angelina Colombo Participações S.A.

Caravelas[®]

A marca número 1
em vendas no Brasil



Mensagem da Administração

É com imensa satisfação que compartilhamos as conquistas notáveis que alcançamos ao longo da última safra. Foi um período de desafios, mas também de superação e de grandes feitos.

Estamos orgulhosos em anunciar que alcançamos uma safra de recordes, com destaque para as 12 milhões de toneladas de cana processada. Esta marca é inédita em nossa história e é resultado da resiliência, dedicação e do trabalho árduo de nossa equipe em meio às oportunidades.

Mais um de nossos recordes, foi quanto ao nosso faturamento líquido, que atingiu patamar histórico de mais de R\$ 3,2 bilhões, impulsionado por um aumento significativo nas vendas tanto no mercado interno quanto no externo. Fechamos a safra com um movimento de expansão e consolidação.

Esse desempenho excepcional reflete não apenas a qualidade e a competitividade de nossos produtos, mas também a eficácia de nossa estratégia comercial e a confiança de nossos clientes na nossa marca, o **Açúcar Caravelas**,

que se manteve líder de mercado no segmento de açúcar refinado. Vale destacar ainda que em outubro de 2023, alcançamos também o posto de líder no varejo em vendas de açúcares totais (Brasil) e segundo lugar em vendas de açúcares cristal.

Nosso **EBITDA** Ajustado apresentou um crescimento expressivo e foi o maior já registrado pela **Colombo** em toda a sua história que, somado ao forte resultado operacional, excelente liquidez, baixo endividamento e robusta gestão de recursos nos colocam em uma posição sólida e preparados para continuar investindo no crescimento e na inovação do Grupo.

Nossa produtividade agrícola também atingiu níveis excepcionais, fruto do trabalho árduo de nossas equipes no campo e dos investimentos em tecnologia e práticas agrícolas sustentáveis. O geoprocessamento de áreas, controle varietal, fábricas de adubo orgânico, enriquecimento de vinhaça, novas formas de manejo e plantio, além do incremento do plantio mecanizado, são alguns dos exemplos destas práticas.

Nossos parques industriais também receberam investimentos direcionados às melhorias de processos produtivos e de performance. Cabe destacar o investimento numa nova planta de produção de açúcares na unidade de Palestina/SP e que entrará em produção já na safra 25/26, o que representa um passo significativo em direção ao fortalecimento de nossa posição no mercado e ao atendimento das crescentes demandas de nossos clientes.

Na agenda socioambiental evoluímos de forma ampla, com iniciativas que permeiam as áreas de negócios e acompanham nossos resultados. As ações vão desde a Gestão de Emissões, Gestão Hídrica, Gestão Agrícola



Mensagem da Administração

e Biodiversidade, Direitos Humanos e Bem-Estar, Ética e Governança ao Relacionamento com as Comunidades, reforçando nosso compromisso com a Sustentabilidade e Responsabilidade Social.

Nenhuma dessas realizações teria sido possível sem o talento, compromisso e engajamento dos nossos mais de 6.000 colaboradores que reafirmaram a **Colombo Agroindústria** como um excelente lugar para trabalhar. **Fomos coroados com a recertificação do GPTW – Great Place To Work.**

Gostaríamos de expressar nossos sinceros agradecimentos para nossos *Stakeholders*, Conselho de Administração, Clientes, Fornecedores, entre tantos outros. É com profunda gratidão que reconhecemos suas contribuições.

À medida que avançamos na Safra 2024/25, que mantenhamos viva a determinação em buscar a excelência, promover a inovação e cultivar um ambiente de colaboração. Juntos, continuaremos a superar os desafios e alcançaremos novos patamares de sucesso.

Anderson Travagini
Diretor Presidente - CEO



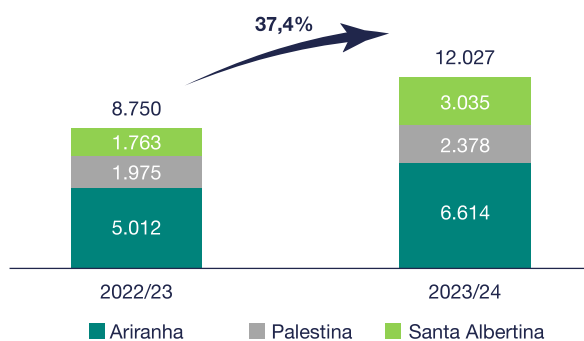
Destaques Operacionais



Processamento de Cana-de-Açúcar:

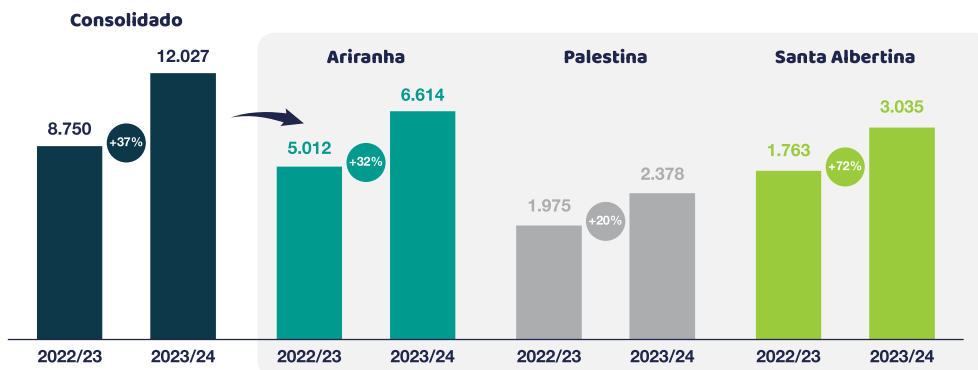
Os esforços do Grupo para aprimorar o canavial resultaram em uma safra recorde em 2023/24. Após o período de recuperação na safra 2022/23, a moagem atingiu o volume de **12,0 milhões de toneladas**, um salto significativo de **37,4%** em relação às **8,7 milhões de toneladas da safra anterior**.

Cana Processada (mil t)



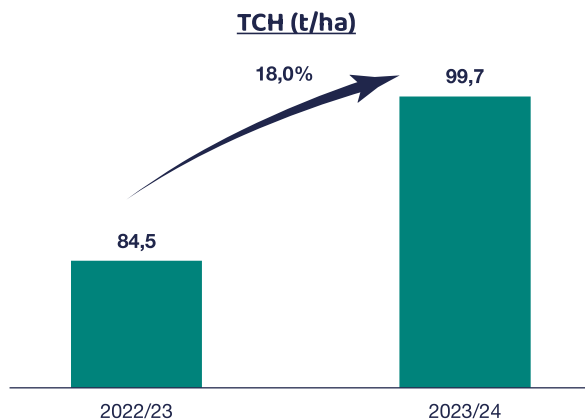
Destacamos a alta no processamento de cana-de-açúcar na unidade de Santa Albertina, que cresceu **72%** em relação à safra anterior.

Cana Processada (mil t)



Produtividade por Hectare:

A Companhia destacou-se não apenas pela disponibilidade de cana, mas também pelo desempenho em produtividade. Na safra 2023/24, a empresa registrou um aumento de 20,0% na produtividade agrícola, alcançando **99,7 toneladas por hectare**, em comparação com **83,1 toneladas por hectare** na safra anterior.

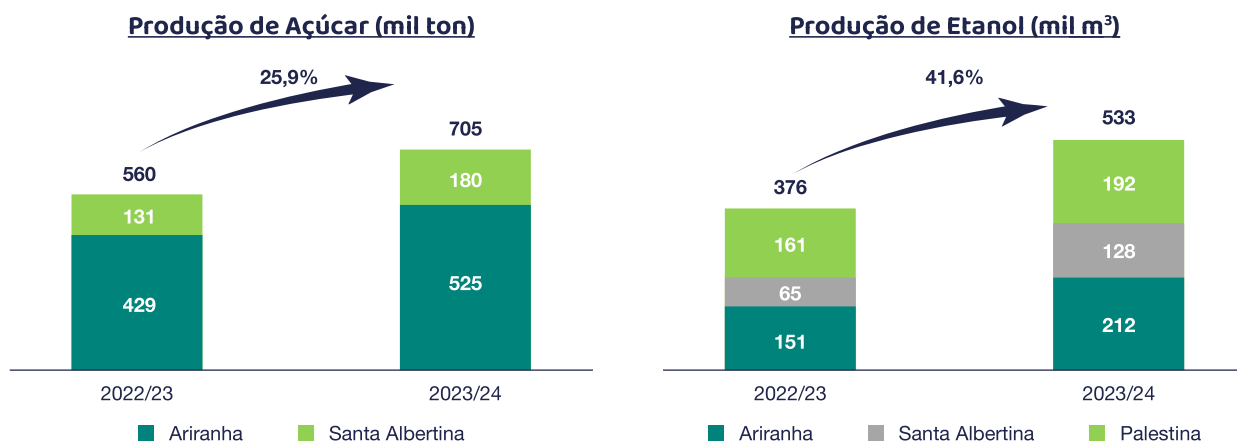


Produção de Açúcar e Etanol

Impulsionada pelos ótimos resultados no processamento de cana e desempenho agrícola, a Companhia alcançou uma produção industrial recorde nesse exercício.

A produção de açúcar cresceu **25,9%**, totalizando **705 mil toneladas**.

Para a produção de etanol, o crescimento foi ainda mais significativo, com um aumento de **41,6%**, atingindo **533 mil m³**.



Desempenho Operacional

Processamento de Cana

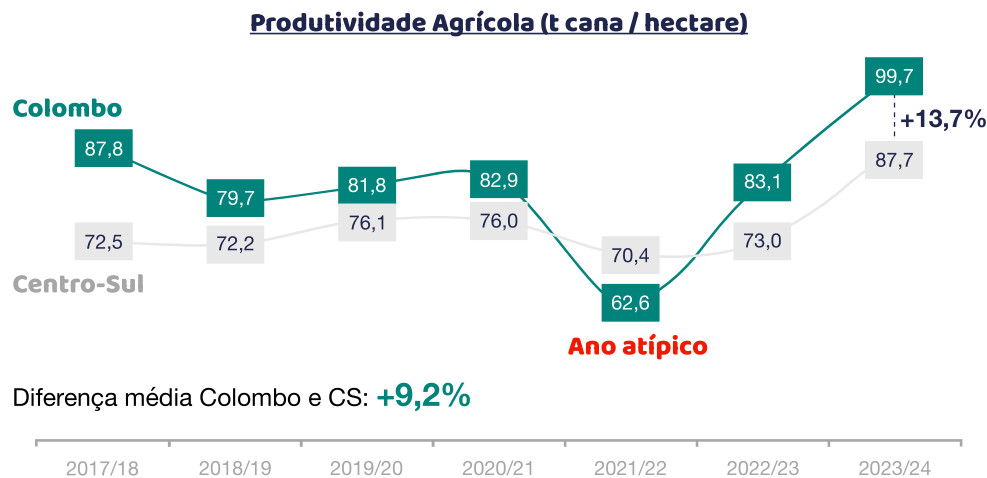
A moagem da safra 2023/24 atingiu o recorde histórico de 12,0 milhões de toneladas, uma acentuada alta de 37,4% em relação à safra 2022/23. O destaque novamente se deu no aumento da moagem da unidade de Santa Albertina, que processou 3,03 milhões de toneladas na safra, um salto de 72,1%.

Produtividade

Na safra 2023/24, a Companhia apresentou um aumento significativo na produtividade agrícola, com um crescimento de 19,9% na tonelada de cana por hectare. Esse avanço é atribuído principalmente ao direcionamento estratégico de investimentos para aprimoramento da produtividade.

Em termos comparativos com outras empresas do setor, a performance da Colombo destacou-se ao superar a média do Centro-Sul em 13,7% durante a safra.

A Companhia performou, em média, 9,2% acima do setor ao longo desse período.



Fonte: Colombo Agroindústria e Única

Qualidade

Em relação à qualidade do canavial, constatou-se uma leve redução nos índices de Açúcar total recuperável (ATR) no campo. O aumento das chuvas, embora beneficie a produtividade da cana-de-açúcar (TCH), resulta numa queda relativa da qualidade da matéria-prima, devido à menor incidência de radiação solar e à maior concentração de água na planta, reduzindo a concentração de açúcar por tonelada de cana.



Indicadores Operacionais		2022/23	2023/24	Var. %
Moagem	mil ton	8.750	12.027	37,5%
Cana Própria	%	85,6	79,9	-5,70 p.p.
Produtividade Agrícola	ton/ha	84,5	99,7	18,0%
Açúcar Total Recuperável	kg/ton	136,8	133	-2,8%
Ton. de ATR por Hectare	tonATR/ha	11,56	13,26	14,7%
Produção em unicops	mil unicops	22.749	30.374	33,5%
Eficiência Industrial	Unicops/ton	2,6	2,5	-3,8%
Mix Açúcar	%	49,22%	46,42%	-2,81 p.p
Mix Etanol	%	50,2%	53,58%	2,81 p.p

Produção e Mix

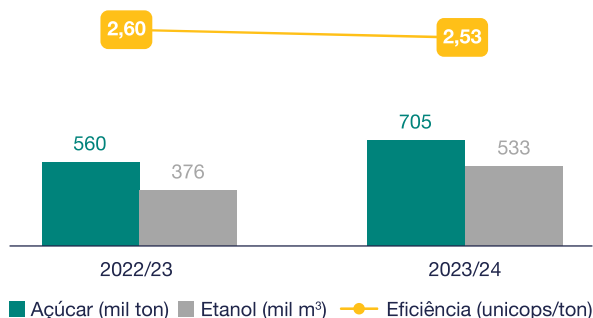
No processo de produção industrial, as quantidades em toneladas de açúcar e em m³ de etanol geradas pela companhia foram significativamente impulsionadas pelo aumento da moagem durante a safra 2023/24.

Na produção de açúcar, **os investimentos para ampliação da capacidade produtiva resultaram em um aumento significativo de 25,9%**, alcançando 705 mil toneladas na safra 2023/24, contra 560 mil toneladas na safra anterior.

Em volume da fabricação de etanol, o salto foi ainda maior, foram produzidos 533 mil m³ na safra 2023/24, um acréscimo de 41,6% em relação aos 376 mil m³ da safra 2022/23. Contribuindo significativamente para esse crescimento, as unidades do **Grupo Colombo** em Ariranha, Palestina e Santa Albertina registraram, respectivamente, **aumentos na produção de 41,0%, 19,3% e 98,4%.**

Já na eficiência industrial, avaliada pelo coeficiente de produção de unicops por tonelada de cana processada, foi observada uma leve redução de 2,9%, passando de 2,60 unicops/ton na safra 2022/23 para 2,53 unicops/ton na safra 2023/24. Esse declínio, está associado ao perfil da safra ter sido mais longo e com um maior nível de precipitação, o que prejudicou a concentração de açúcar no campo, conforme mencionado anteriormente.

Produção de Açúcar e de Etanol e Eficiência

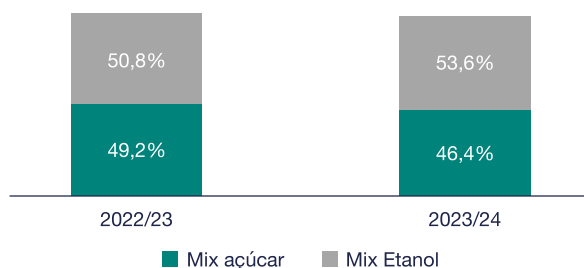


Apesar dos investimentos da Companhia em priorizar a produção de açúcar, motivado por condições de mercado favoráveis na comercialização do produto, as restrições na capacidade produtiva levaram a um mix mais alcooleiro, com a produção de açúcar operando em máxima capacidade e o excedente sendo transformado em etanol.

Visando capitalizar as oportunidades no mercado de açúcar e ampliar a flexibilidade industrial, a Colombo está construindo uma fábrica de açúcar na unidade de Palestina, que atualmente atua exclusivamente na produção de etanol. A nova fábrica entrará em operação na próxima safra e terá capacidade de produção da ordem de 100 mil toneladas por safra, permitindo que o Grupo amplie seu mix de açúcar em cerca de 6 pontos percentuais.

Desta forma, no acumulado na safra 2023/24, a companhia apresentou uma distribuição de 47,0% para açúcar e 53,0% para etanol, marcando uma variação de 2,8 p.p. em relação aos 49,8% para açúcar e 50,2% para etanol na safra anterior.

Mix de Açúcar e Etanol (%)



No que diz respeito à exportação de energia elétrica, foram comercializados 187,2 GWh na safra 2023/24, representando uma redução de 18,5% frente aos 229,6 GWh da safra anterior. Essa redução foi primordialmente associada a operação em plena capacidade das três unidades da companhia, as quais demandaram um maior nível de consumo interno e, por consequência, levaram à diminuição na disponibilidade de energia excedente disponível para venda no mercado.

¹unicops.: Unidade Copersucar de Produção, sendo o açúcar total produzido em sacas, somados a todos os outros produtos fabricados (álcool, melão etc.), atribuindo a estes, fatores de conversão para açúcar (1 unicop = 30,00 Litros de Etanol Hidratado e 32,43 Litros de Etanol Anidro).

Destaques Financeiros



Receita Operacional e Estratégia Comercial

A Receita Operacional Bruta da Companhia na safra 2023/24 foi de R\$ 3.690 milhões, um aumento de 20,1%.

A alta foi impulsionada principalmente pelo maior volume de açúcar e melhores preços comercializados.

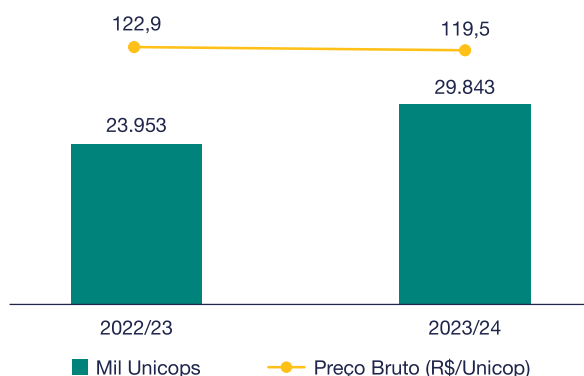
Milhões de Reais	2022/23	2023/24	Var. YoY
Receita Operacional Bruta	3.073	3.690	20,1%
Mercado Interno	2.668	3.041	14,0%
Açúcar	1.296	1.587	22,4%
Etanol	1.243	1.329	6,9%
Energia Elétrica	47	34	-27,2%
Cbios	52	64	22,8%
Outros Vendas	29	26	-10,7%
Mercado Externo	404	649	60,5%
Açúcar	404	649	60,5%

Açúcar e Etanol

A safra 2023/24 registrou um total de 28.843 mil unicops de açúcar e etanol comercializados, um aumento de 24,6% em quantidade.

Esse crescimento nas vendas foi impulsionado principalmente pelo aumento da produção.

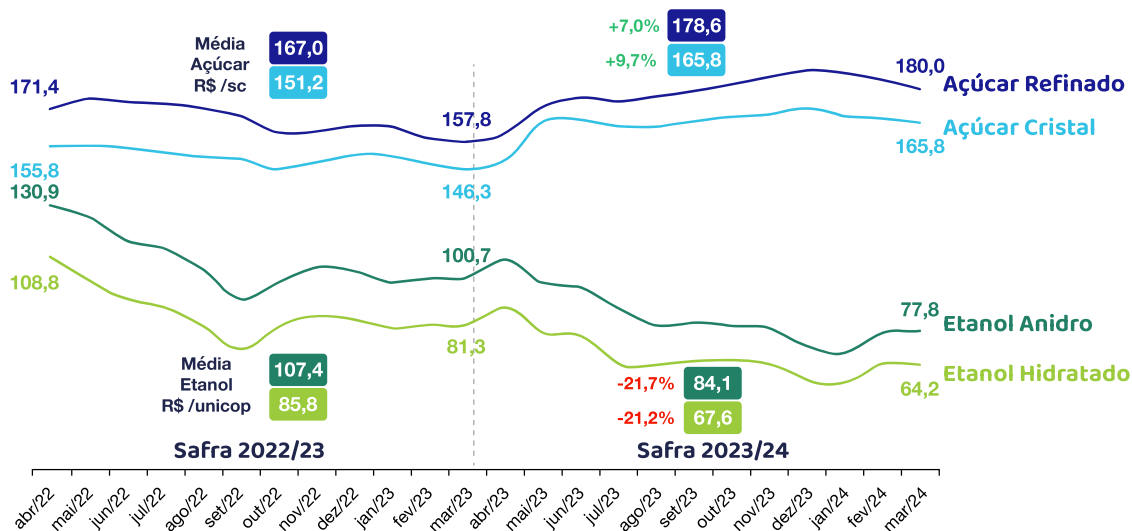
Comercialização de Açúcar e Etanol em Unicops



A redução nos preços se deu principalmente por conta da grande queda no preço de etanol, em movimento contrário ao cenário dos preços de açúcar, que cresceram 7,0% açúcar refinado e 9,7% açúcar cristal.

No acumulado da safra 2023/24 os preços de etanol anidro e hidratado apresentaram em média, quedas de 21,7% e 21,2%, respectivamente.

Preços Médios de Açúcar e Etanol (R\$ / Unicop)



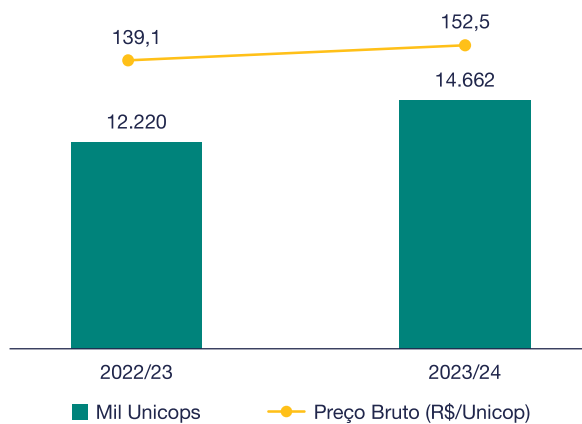
Esse declínio nos preços do etanol foi resultado de um desequilíbrio na oferta e demanda, ocasionado pelo excesso de produção das usinas da região Centro-Sul, que registraram processamento recorde durante a safra 2023/24, resultando em uma considerável disponibilidade de produtos para comercialização. Nesse contexto, a disponibilidade de etanol foi amplamente superior em comparação às últimas safras, pressionando os preços.

Açúcar

O volume total de açúcar comercializado na safra apresentou um aumento significativo de 20,0% em relação à safra anterior, atingindo 14.662 mil unicops.

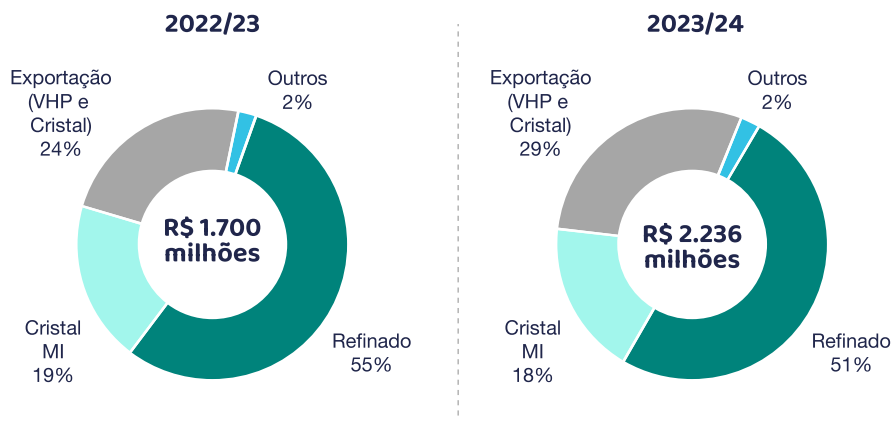
O preço bruto médio da venda de açúcar no acumulado na safra foi de 152,5 R\$/unicop, uma alta de 9,6% em relação aos 139,1 R\$/unicop relatados no acumulado da safra anterior.

Comercialização de Açúcar em Unicops



No acumulado, a receita bruta com o açúcar foi de R\$ 2.236 milhões, uma significativa alta de 31,5% em relação à safra anterior.

Receita Bruta por tipo de Açúcar (R\$ Milhões)



No contexto da atividade de trading de açúcar da companhia, a estratégia central foi de buscar alternativas para otimizar ainda mais os retornos na comercialização, destacando-se como um dos diferenciais competitivos.

A Colombo adquiriu e comercializou 437 mil sacas de açúcar de terceiros na safra, montante equivalente ao processamento de 174.677 toneladas de cana.

Trading de Açúcar Colombo Agroindústria

Oportunidade de refino e empacotamento de açúcar para distribuição forte no mercado interno



1

Compra de Açúcar Bruto

(Empresas terceiras parceiras da Colombo)

437 mil unicops comprados

Preço médio de Compra: R\$ 122,3



2

Refinamento e Empacotamento

Custos adicionais (insumos e embalagem) - diluição de custos fixos utilizando capacidade ociosa da fábrica)

Custo de Industrialização: R\$ 9,0/sc



3

Distribuição no Mercado Interno

437 mil unicops vendidos

Preço médio de Venda: R\$ 176,3

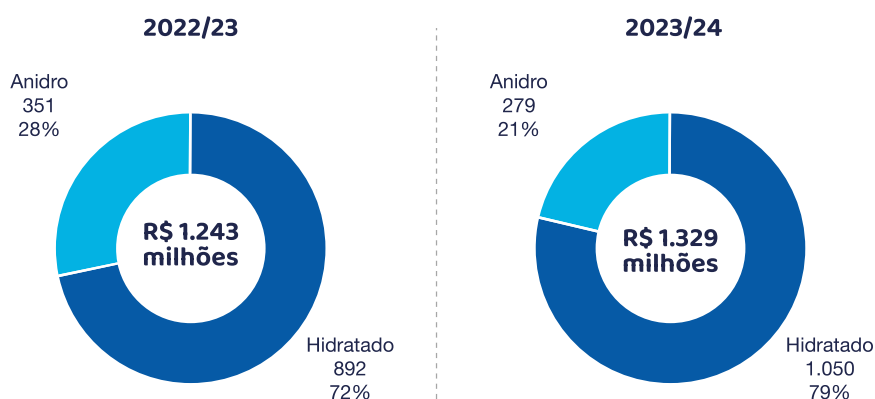
+44,1%

436.693 unicops = 174.677 ton de cana de açúcar¹

¹Relação válida seguindo os parâmetros industriais da Colombo - 2,50 sacas de açúcar por tonelada de cana considerando 100% de mix para açúcar.

Mesmo com o volume mais voltado para o etanol hidratado, a receita bruta de venda do etanol, impulsionada pela alta produção, foi de R\$ 1.329 milhões uma alta de 6,9% em relação à safra anterior.

Receita Bruta por tipo de Etanol (R\$ Milhões)



Nossos Produtos



Detentora da marca Caravelas a Colombo oferecem uma variedade de produtos de qualidades. Sua posição de liderança no Share de volume total no Brasil sugere que conquistamos a confiança dos consumidores. Essa preferência pode ser atribuída não apenas à qualidade dos produtos, mas também aos rigorosos padrões de segurança alimentar e às práticas de fabricação sustentáveis.

A reputação da marca Caravelas, respaldada por certificações e selos de qualidade, é um fator importante na consolidação da marca como líder de mercado. Além disso, sua abordagem pioneira em tecnologia para melhorar os processos produtivos demonstra um compromisso com a inovação e a sustentabilidade.

Açúcar Refinado



Açúcar Cristal Premium



LINHAS ESPECIAIS

Mascavo



Açúcar Cristal



Açúcar Demerara



Orgânico



Sucralose



Marcas Próprias

A parceria estabelecida com grandes marcas próprias das redes de atacado e varejo nacional é um testemunho da confiança e credibilidade que a empresa conquistou no mercado doméstico. Ao garantir que terceiros recebam o mesmo padrão de qualidade oferecido pela marca Caravelas, a Companhia não apenas expande seu alcance, mas também cria oportunidades significativas de negócio. Isso não só reforça a posição da empresa como líder do setor, mas também estabelece relações duradouras com outros importantes players do mercado.

Carrefour

Assaí



Barbosa



Cencosud



Coop



Dia



Grupo Pão de Açúcar



Lopes



Roldão



Tenda



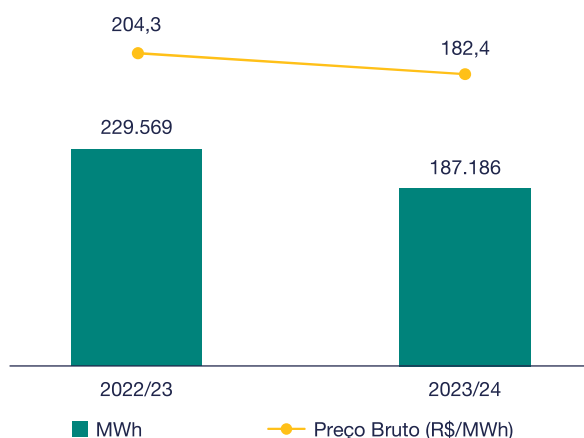
Essa estratégia de parceria está em linha com o compromisso da empresa em oferecer qualidade consistente e atender às demandas dos consumidores, tanto dentro quanto fora da marca Caravelas.

Energia Elétrica

A exportação de energia elétrica apresentou uma redução de 18,5% no volume comercializado, encerrando a safra 2023/24 em 187,2 mil MWh exportados.

Com isso, a receita bruta foi de R\$ 34 milhões, representando uma queda de 2,7% em relação aos R\$ 47 milhões na safra anterior.

Comercialização de Etanol em Unicops



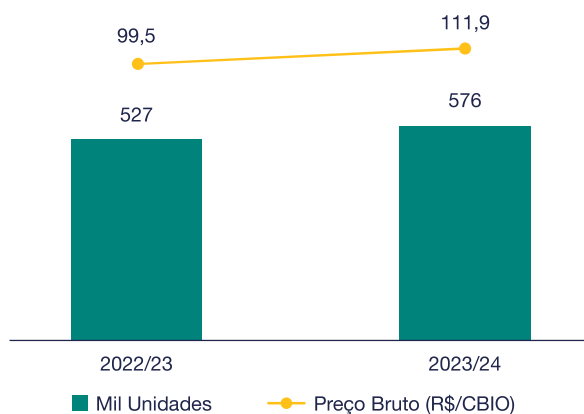
CBIOs

Na comercialização de Créditos de Descarbonização (CBIOs), a empresa obteve resultados consistentes durante o exercício.

O volume total negociado alcançou 576 mil CBIOs, representando um aumento de 9,1%.

Os preços médios brutos também cresceram, saindo de 99,5 R\$/CBIO para 111,9 R\$/CBIO, um crescimento de 12,5%.

Comercialização de CBIOs



Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

No que diz respeito aos custos de operação, a safra 2023/24 foi muito positiva para a Companhia. Embora o setor sucroenergético apresente, pela complexidade da natureza de produção, custos fixos relevantes, vale salientar que o aumento de produtividade em conjunto com o aumento da moagem levou a uma diluição significativa dos custos fixos, o que culminou em fortes resultados para a Companhia.

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 2.202 milhões sendo que o custo caixa ajustado foi de R\$ 900 milhões, uma alta de 22,9% comparando com a safra anterior.

Embora nominalmente o custo foi superior, o custo unitário (em reais por tonelada de cana processada) na safra atual foi de 74,8 R\$/ton, uma queda 10,6% em relação aos 83,7 R\$/ton na safra 2022/23.

É relevante destacar que, nesse mesmo período, a inflação foi de 3,9%, evidenciando os benefícios advindos da diluição dos custos fixos por meio da ampliação da escala de produção.

Milhões de Reais	2022/23	2023/24	Var. YoY
CPV Caixa			
CPV Contábil	2.031	2.202	8,4%
i. Depreciação do Imobilizado	-37	-49	31,2%
ii. Exaustão dos Tratos Culturais	-288	-308	6,9%
iii. Exaustão do Plantio	-299	-278	-7,1%
iv. Amortização da Manutenção de Entressafra	-165	-231	39,5%
v. Amortização do Direito de Uso	-397	-330	-16,7%
vi. CBIOS Contabilizados no CPV	-40	-48	21,5%
CPV Caixa	805	957	18,9%
vii. Compra e Industrialização de Açúcar de Terceiros	-73	-57	-21,1%
CPV Caixa Ajustado	732	900	22,9%
CPV Caixa Ajustado por Tonelada (R\$/ton)	83,7	74,8	-10,6%

²considera o CPV Contábil subtraído da: (i) depreciação do imobilizado; (ii) exaustão dos tratos culturais; (iii) exaustão do plantio; (iv) amortização da manutenção de entressafra; (v) amortização do direito de uso; (vi) CBIOS que foram contabilizados no CPV para anular os CBIOS contabilizados nas outras receitas; (vii) compra e industrialização de açúcar de terceiros.

EBITA Contábil e EBITDA Ajustado

O EBITDA Contábil foi de R\$ 2.019 milhões na safra 2023/24, representando uma alta de 12,9% em relação aos R\$ 1.789 milhões na safra 2022/23.

O EBITDA Ajustado da Companhia, que exclui os efeitos do IFRS 16, referentes às operações de parceria e arrendamento agrícola, foi de R\$ 1.614 milhões em 2023/24, alta de 18,0% em relação aos R\$ 1.367 milhões em 2022/23

Milhões de Reais	2022/23	2023/24	Var. YoY
EBITDA			
Lucro Líquido do Exercício	317	420	32,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	69	154	122,5%
Resultado Financeiro	298	258	-13,7%
Depreciação e Amortização	790	866	9,6%
Amortização do Direito de Uso - IFRS 16	397	330	-16,7%
Variação do Valor Justo de Ativos Biológicos	-82	-8	-89,9%
Receitas/Despesas Não Recorrentes	0	0	0,0%
EBITDA Contábil	1.789	2.019	12,9%
Pagamento de Principal Arrendamentos e Parcerias - IFRS 16	-361	-303	-16,0%
Pagamento de Juros Arrendamentos e Parcerias - IFRS 16	-61	103	68,2%
EBITDA Ajustado (ex - IFRS 16)	1.367	1.614	18,0%

Lucro Líquido (Contábil e Caixa)

Na safra o Lucro Líquido Contábil atingiu a impressionante marca de R\$ 420 milhões representa um crescimento de 32,3% em relação aos R\$ 317 milhões registrados na safra anterior.

A diferença entre o lucro contábil e o lucro caixa pode ser atribuída às despesas de depreciação e amortização dos ativos, as quais são contabilizadas pelo regime de competência e não implicam em saídas de caixa.

O Lucro Líquido Caixa acumulado da safra atingiu o montante de R\$ 1.305 milhões, representando um aumento de 23,0% em comparação aos R\$ 1.061 milhões da safra anterior.

Esse crescimento no lucro caixa é principalmente atribuído ao considerável aumento na produção combinado com preços favoráveis e custos relativamente menores, resultando em resultados robustos.

³Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de abril de 2023 a março de 2024.

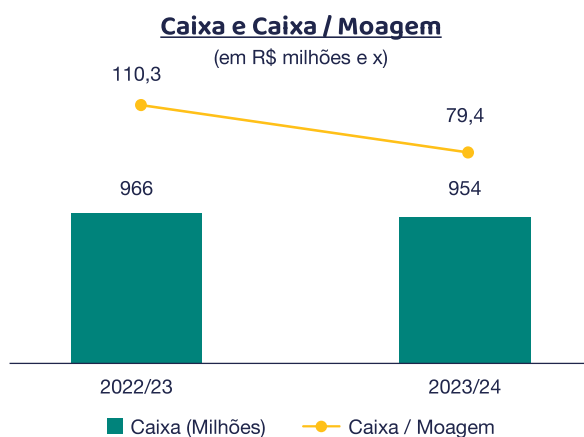
Milhões de Reais	2022/23	2023/24	Var. YoY
Lucro Líquido Caixa			
Receita Líquida	2.715	3.196	17,7%
Varição do Valor Justo do Ativo Biológico	82	8	-89,9%
CPV	-2.031	-2.202	8,4%
SG&A	-81	-171	110,1%
Resultado Financeiro	-298	-258	-13,7%
Imposto de Renda	-69	-154	122,5%
(=) Lucro Líquido Contábil	317	420	32,3%
Depreciação do Imobilizado	37	49	31,2%
Varição do Valor Justo do Ativo Biológico	-82	-8	-89,9%
Exaustão dos Tratos Culturais	288	308	6,9%
Exaustão do Plantio	299	278	-7,1%
Amortização da Manutenção de Entressafra	165	231	39,5%
Amortização do Direito de Uso - IFRS 16	397	330	-16,7%
Pagamento de Principal Arrendamentos e Parcerias - IFRS 16	-361	-303	-16,0%
(=) Lucro Líquido Caixa	1.061	1.305	23,0%

Liquidez, Endividamento e Caixa

Caixa

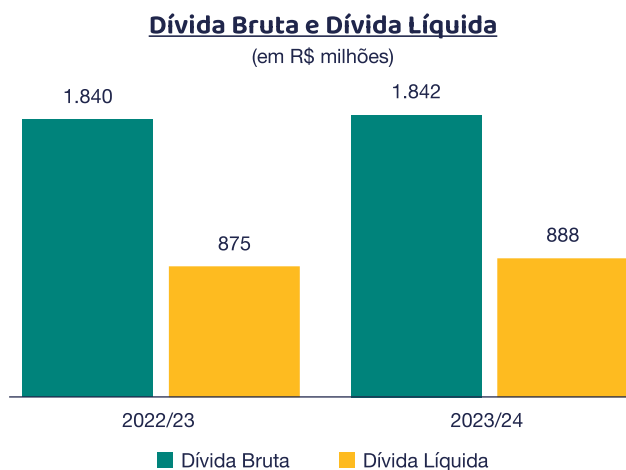
A safra 2023/24 encerrou-se com uma **posição de caixa de R\$ 954 milhões, um valor alinhado** com os R\$ 966 milhões reportados na safra anterior, 2022/23, representando uma queda de 1,1%. Apesar dessa leve redução, **a robustez da posição de caixa permanece, refletindo a abordagem da empresa em manter níveis ótimos de liquidez para assegurar estabilidade financeira e aproveitar oportunidades de captação vantajosas.**

No indicador relativo por moagem, que divide o caixa pelo volume de cana processada, a posição em **março de 2024 foi de R\$ 79,4 por tonelada**. Essa queda de 28,1% em relação aos R\$ 110,3 por tonelada observados em março de 2023 pode ser atribuída ao substancial aumento na moagem durante a safra, o que contribuiu para reduzir esse indicador.



Dívida Bruta e Dívida Líquida

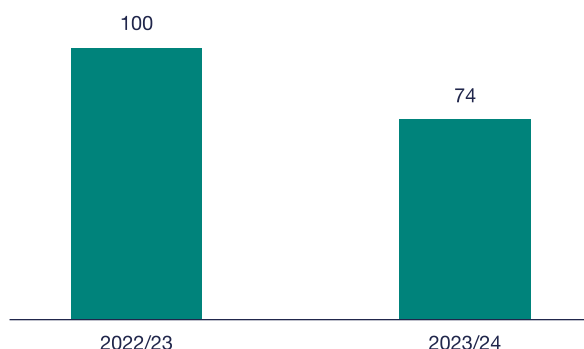
É importante ressaltar que, na safra 2023/24, a companhia buscou **alongar seu endividamento sem recorrer a um crescimento de alavancagem significativo**. Como resultado, o **endividamento líquido alcançou R\$ 888 milhões na safra atual**, comparado a R\$ 875 milhões na safra anterior.



Quanto aos indicadores relativos, o endividamento líquido por tonelada de cana processada **registrou uma notável redução**, passando de 100 R\$/ton na safra 2022/23 para **74 R\$/ton na safra 2023/24, com queda de 26,2%** safra contra safra. A melhoria do número, foi impulsionada pelos **excelentes resultados operacionais**.

Dívida Líquida / Moagem

(em R\$/ton)



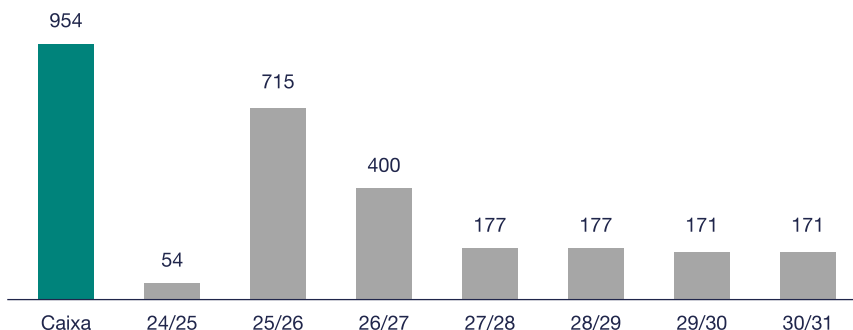
No fechamento da safra de 2023/24, a **Companhia detinha 35,2% do seu endividamento no mercado bancário, e o restante estava alocado no mercado de capitais**, com três emissões (CRA ICVM 400 em mar/21, Debênture ICVM 476 em jul/21 e Debênture ICVM 160 em fev/24), na avaliação da Companhia, foram **alternativas atrativas do ponto de vista de custo e prazo**.

A abertura dos vencimentos por modalidade de financiamento, dividida em curto e longo prazo, apresentou a seguinte configuração:

R\$ Milhões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	% do Total
Mercado Bancário	46	602	648	35,2%
Capital de Giro	46	602	648	35,2%
Mercado de Capitais	7	1.209	1.217	66,0%
Debênture	7	773	780	42,3%
CRA	1	436	437	23,7%
Custo de Transação	(5)	(18)	(23)	-1,2%
Total	49	1.793	1.842	

O prazo médio da dívida finalizou a safra em 3,2 anos, com as amortizações (desconsiderando os custos de transação) a serem realizadas por safra com o seguinte cronograma:

Aging Colombo (Milhões)

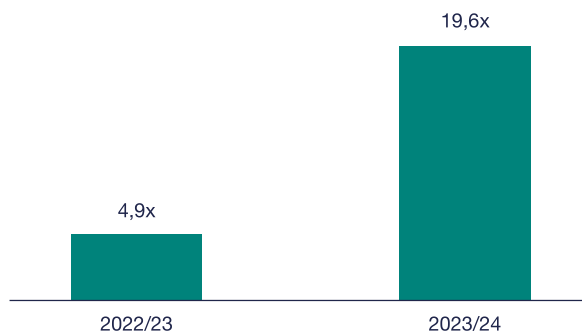


Com a posição de **caixa de R\$ 954 milhões encerrada em mar/24**, a Companhia apresenta **grande tranquilidade para cumprir com mais do que a totalidade dos vencimentos de principal de dívida dos próximos 2 anos**, levando à contínua melhora nos indicadores de liquidez e possibilidade de manter captações sob ótimas oportunidades.

Em adição, a Colombo continuou implementando estratégias eficazes para **reduzir os vencimentos de curto prazo de suas obrigações financeiras**. Essas ações resultaram em um grande salto no indicador Caixa/Dívida de **Curto Prazo, que alcançou 19,6x na safra 2023/24, em comparação a 4,9x na safra anterior**. Essa evolução notável, que representa um acréscimo de 14,7x de uma safra para outra, evidencia o sucesso das medidas de alongamento da dívida adotadas pela Companhia.

Caixa / Dívida de Curto Prazo

(em x)



Hedge

Moeda

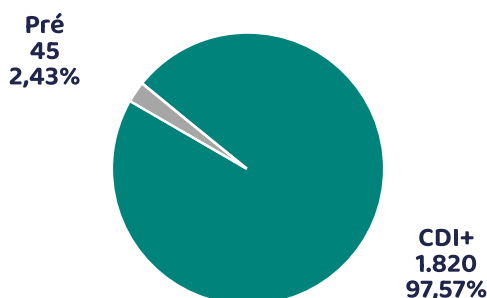
A Companhia comercializa parte da produção no mercado externo. Desta forma, a Colombo busca se proteger das oscilações do mercado cambial, mantendo o fluxo de caixa em reais.

Indexador da Dívida

No encerramento da safra 2023/24, o Grupo detinha operações de *swaps* por conta das captações no mercado de capitais (tomadas em IPCA) com o objetivo de manter a dívida em CDI.

No montante total e após os *hedges*, o Grupo detinha **96% de suas dívidas indexadas ao CDI em mar/24**.

Endividamento por indexador



Commodities

Em março de 2024, a Colombo possuía 54.685 toneladas de açúcar fixadas para a Safra 2024/25, a um preço médio de 2.830 R\$/ton, permitindo à companhia manter a exportação de açúcar em um patamar remunerador:

Açúcar	Volume Fixado (ton)	Preço Fixado (R\$/ton)
Safra 2024/25		
VHP	17.896	2.380
Cristal (Mercado Externo)	36.788	3.049
Total	54.685	2.830

Investimentos (Capex)

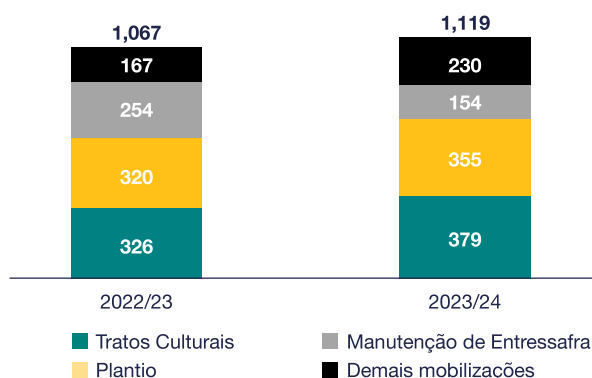
Os investimentos totais da safra 2023/24 foram de R\$ 1.119 milhões, valor 4,8% superior aos R\$ 1.067 milhões de 2022/23.

Os investimentos da Colombo foram estrategicamente direcionados para duas áreas principais: (i) aprimoramento da produtividade do canavial, visando garantir resultados positivos para a safra 2024/25, e (ii) preparação da indústria e da operação agrícola para enfrentar o aumento na moagem previsto para as próximas safras, como evidenciado pelo aumento já observado na safra 2023/24.

Desta maneira, a Companhia intensificou seus investimentos, abrangendo não apenas o plantio e os tratos agrícolas, mas também a revitalização de maquinário e equipamentos.

Esse esforço visa assegurar que a operação esteja plenamente equipada para lidar com um volume maior de moagem nas safras futuras.

Abertura do CAPEX (R\$ Milhões)

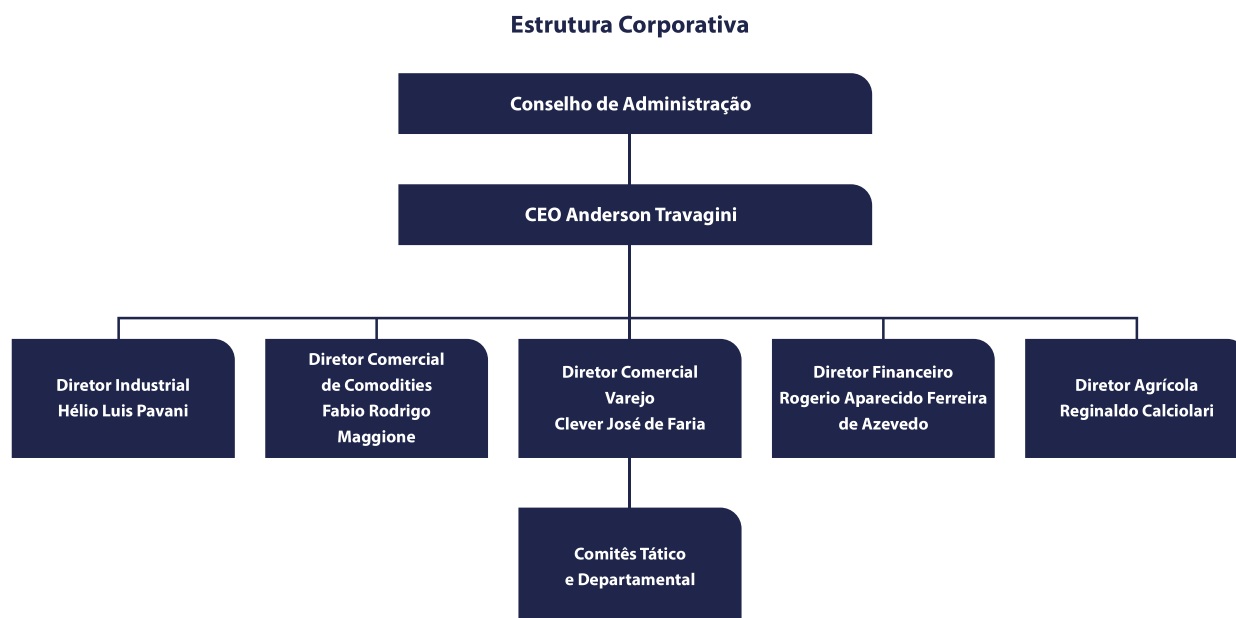


Governança corporativa)

Ao longo das últimas safras a Companhia vem implementando uma serie de medidas para fortalecer a Governança corporativa e maximizar os resultados entregues aos seus acionistas.

O Conselho de administração é o pilar dessa estrutura de Governança corporativa apoiados pelo CEO e pelos outros comitês de gestão vem com o objetivo de proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas.

Através de aprovações das políticas e das diretrizes o Conselho de administração vem acompanhando o cumprimento dos objetivos estabelecidos no planejamento Estratégico.



Essa estrutura demonstra o compromisso da **Colombo** com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhado com os interesses de longo prazo dos acionistas, visando garantir o cumprimento da missão.

ESG

A **Colombo Agroindústria** adota uma abordagem integrada dos aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança, visando criar e distribuir valor aos seus *stakeholders*. A Companhia tem progredido significativamente em sua trajetória de desenvolvimento **ESG**, alcançando avanços notáveis nos últimos anos, o que é fundamental para assegurar a sustentabilidade, competitividade e responsabilidade do negócio.

No quesito ambiental, a **Colombo fortaleceu** sua parceria com a **Geoapis**, *startup* pioneira especializada em mitigação e prevenção de mortalidade de abelhas, ampliando seu projeto “**o entorno importa**” para a unidade de Ariranha. Ao longo da safra 23/24, foram cadastrados 24 apicultores na região de Ariranha e monitorados mais de 91 mil hectares de áreas de cultivo. Em Santa Albertina, onde o projeto já está em andamento, para a respectiva safra foram monitorados 24 apicultores, de 14 municípios da região, onde mapeou-se mais de 400 colmeias em cerca de 15 mil hectares agrícolas. Além disso, também foram realizados eventos sobre o tema para os agricultores e apicultores da região, como o **1º Workshop** Regional na Câmara dos Vereadores de Santa Albertina e o 1º Encontro de Apicultores de Santa Albertina e Região na Escola Municipal Americo Peres Navarrete.

Ainda, no ano de 2023, com o objetivo de fortalecer nosso compromisso com as melhores práticas de sustentabilidade e direitos humanos, a **Colombo** se uniu a mais de 250 organizações que representam a cadeia de suprimentos completa da cana-de-açúcar em mais de 50 países, tornando-se um membro **Bonsucro**.

No que diz respeito ao relacionamento com as partes interessadas, em 2022, a Companhia renovou sua matriz de materialidade, elencando novos grandes temas de interesse aos *stakeholders* dentro de sua cadeia de valor. Unido a isso, em 2023, iniciou o mapeamento dos confrontantes diretos e indiretos à organização, no que se refere às instalações industriais e áreas agrícolas das três unidades do grupo. O objetivo desse mapeamento é estreitar e fortalecer a relação com o público lindeiro ao empreendimento, visando conhecer suas principais necessidades ou objeções.

Em relação à educação ambiental, a **Colombo** priorizou na safra 23/24 a visita de instituições de ensino às suas unidades industriais, de forma a promover experiências e conhecimento às próximas



gerações de profissionais. As visitas proporcionaram aos estudantes *insights* valiosos sobre as perspectivas de carreira e os desafios do setor industrial. Além disso, o projeto “**Colombo na Escola**” foi muito bem recebido pela comunidade e estudantes em 2023 e será aprimorado para a próxima safra.

Por meio dos viveiros de produção de mudas nativas, a **Colombo** doou 12.750 mudas na safra 23/24, o que corresponde a aproximadamente 8,5 hectares reflorestados. As doações são feitas para pessoas físicas, instituições e prefeituras dos municípios de nossa região. Além disso, as mudas também são utilizadas para reflorestar áreas próprias e de parceiros, o que correspondeu a aproximadamente 30 hectares reflorestados na safra e um quantitativo de 45.000 mudas plantadas.

Cabe frisar que a **Colombo** mantém práticas que vão desde o uso consciente do solo até a preservação da biodiversidade, incluindo também a destinação correta de resíduos e reutilização de seus subprodutos, eficiência no uso de recursos naturais, ética e governança corporativa, além de priorizar o bom relacionamento com seus *stakeholders*, o atendimento a requisitos legais e gestão ambiental em suas operações.

O relacionamento com a comunidade é um tema material para a **Colombo Agroindústria**, que se compromete a adotar uma postura de responsabilidade no desenvolvimento local. Para isso, a empresa promove ações socioambientais nas regiões próximas, abordando temas de educação, cultura e lazer, todas apoiadas pela sua Política de Responsabilidade Social. A **Colombo** intensificou a contratação de MO local para formação profissional. Em 2023, foram mais 800 vagas de emprego adicionais. O **programa jovem aprendiz** nas áreas de manutenção e operações agrícolas trouxe oportunidades também de vários jovens iniciarem ao final do ciclo de aprendizagem, uma nova profissão dentro da própria empresa.



Relacionamento com os Auditores Externos

A política da Companhia e de suas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamentam nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Agradecimentos

Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados.





COLOMBO
AGROINDÚSTRIA

Energia
para
um **futuro**
renovável

ENERGY FOR A RENEWABLE FUTURE



colomboagroindustria



colomboagroindustriasa



colomboagroindustria5348



colomboagroindustriaoficial



www.colomboagroindustria.com.br

##:VaVençaeVolte



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
Angelina Colombo Participações S.A.**
Ariranha – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Angelina Colombo Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Angelina Colombo Participações S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 03 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/0-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Angelina Colombo Participações S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		2024	2023	2024	2023
	Nota				
Receita operacional líquida	28	-	-	3.195.587	2.715.290
Variação do valor justo de ativos biológicos	14	-	-	8.338	82.277
Custo dos produtos vendidos	29	-	-	(2.201.504)	(2.031.213)
Lucro bruto		-	-	1.002.421	766.354
Despesas com vendas	29	-	-	(187.483)	(131.480)
Despesas administrativas	29	(322)	(155)	(107.800)	(87.947)
Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	11	-	-	(2.287)	(1.916)
Outras receitas	30	-	-	133.626	146.098
Outras despesas	31	-	-	(7.071)	(6.179)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		(322)	(155)	831.406	684.930
Receitas financeiras	32	58	21	259.753	179.146
Despesas financeiras	32	(4)	-	(517.454)	(477.598)
Resultado financeiro líquido		54	21	(257.701)	(298.452)
Resultado de equivalencia patrimonial	17	413.681	311.654	-	-
Resultado antes dos impostos		413.413	311.520	573.705	386.478
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	35.175	(25.231)
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	-	(188.791)	(43.801)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(153.616)	(69.032)
Lucro líquido do exercício		413.413	311.520	420.089	317.446
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia		413.413	311.520	413.413	311.520
Acionistas não controladores da Companhia				6.676	5.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Angelina Colombo Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	413.413	311.520	420.089	317.446
Resultado abrangente total	413.413	311.520	420.089	317.446
Atribuível a:				
Acionistas controladores da Companhia			413.413	311.520
Acionistas não controladores da Companhia			6.676	5.926
			420.089	317.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Angelina Colombo Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Participação não controladores	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros/Prejuízo acumulados	Total		
Saldos em 31 de março de 2022	1.761.743	37.167	223.168	-	2.022.078	37.011	2.059.089
Aumento de capital social	223.168	-	(223.168)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	311.520	311.520	5.926	317.446
Reserva legal	-	15.576	-	(15.576)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(73.988)	(73.988)	(1.406)	(75.394)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(3.914)	(3.914)
Reserva para retenção de lucros	-	-	221.956	(221.956)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2023	1.984.911	52.743	221.956	-	2.259.610	37.617	2.297.227
Aumento de capital social	221.955	-	(221.955)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	413.413	413.413	6.676	420.089
Reserva legal	-	20.672	-	(20.672)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(98.185)	(98.185)	(1.586)	(99.771)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(1.679)	(1.679)
Reserva para retenção de lucros	-	-	294.556	(294.556)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2024	2.206.866	73.415	294.557	-	2.574.838	41.028	2.615.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Angelina Colombo Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		413.413	311.520	420.089	317.446
Ajustes para:					
Depreciação	29	-	-	48.909	37.082
Provisão (Reversão) para contingências		-	-	6.310	3.421
Amortização Lavoura	29	-	-	277.808	298.940
Amortização de entressafra	29	-	-	230.830	165.434
Amortização de direito de uso	29	-	-	330.210	396.514
Provisão para perda de estoque		-	-	(549)	(3.139)
Redução decorrente de colheita (trato)	29	-	-	308.169	288.396
Resultado na venda de ativo imobilizado	30	-	-	(6.540)	(11.503)
Perdas (ganhos) não realizados com derivativos	32	-	-	1.570	(33.500)
Juros de empréstimos e financiamentos	32	-	-	202.667	218.499
Amortização de custos de empréstimo	32	-	-	3.563	2.911
Juros de parcerias e arrendamentos	32	-	-	134.268	111.394
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	(35.175)	25.231
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	-	188.791	43.801
Resultado na equivalência patrimonial	17	(413.681)	(311.654)	-	-
Valor justo Cbios	30	-	-	53.465	41.729
Provisão estimada para perdas com créditos	11	-	-	2.287	1.916
Valor justo do ativo biológico	14	-	-	(8.338)	(82.277)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		-	-	(57.154)	(725)
Estoques		-	-	(149.776)	106.325
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(24.887)	(11.056)
Impostos a recuperar		-	-	(281.528)	(37.029)
Outros ativos		(39)	(125)	(1.556)	(1.056)
Depósitos judiciais e outros		-	-	(39)	(1.464)
Fornecedores		38	(32)	61.178	8.348
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(12.551)	67.000
Impostos e contribuições a recolher		-	-	269.151	(13.931)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	(47.214)	(4.747)
Salários e encargos a recolher		-	-	11.128	4.522
Adiantamentos de clientes		-	-	(197)	(21.066)
Outras obrigações		-	-	(24.056)	24.621
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(269)	(291)	1.900.833	1.942.037
Juros pagos sobre empréstimos	21	-	-	(162.071)	(142.684)
Juros pagos sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	18	-	-	(102.591)	(61.004)
Imposto de renda e contribuição social pagos	27	(14)	-	(151.103)	(79.733)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(283)	(291)	1.485.068	1.658.616
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	19	-	-	(384.818)	(420.356)
Dividendos recebidos		239.036	99.408	-	-
Recebimento por venda de imobilizado		-	-	16.041	25.802
integralização de capital em controladas		(164.046)	-	-	-
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	19	-	-	(355.284)	(320.594)
Investimentos em ativo biológico - tratamentos culturais	14	-	-	(379.198)	(326.405)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos		74.990	99.408	(1.103.259)	(1.041.553)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos tomados	21	-	-	411.268	445.357
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(73.988)	(99.117)	(74.931)	(105.330)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	21	-	-	(453.462)	(546.987)
Pagamentos de parcerias e arrendamentos agrícolas	18	-	-	(302.701)	(360.520)
Instrumentos financeiros derivativos pagos (recebidos)	26	-	-	26.920	(2.845)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		(73.988)	(99.117)	(392.906)	(570.325)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		719	-	(11.097)	46.738
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		596	596	965.587	918.849
No fim do exercício		1.315	596	954.490	965.587
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		719	-	(11.097)	46.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2024

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Angelina Colombo Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, na Estrada Ariranha a Catanduva, s/nº, Bairro Moreira, CEP: 15960-000, Sala 1 e tem como principal objetivo ser a holding de entidades não financeiras, que em conjunto com suas controladas é denominada Grupo.

A Companhia foi constituída em 10 de dezembro de 2019. Nesta data os acionistas da Companhia contribuíram com 100% das ações, a valores contábeis, de sua propriedade da Colombo Agroindústria S.A. e da João Colombo Agrícola S.A. para o aumento de capital da Companhia.

O exercício social da Companhia se encerra em 31 de março de cada ano.

2 Entidades da Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação das seguintes controladas, conforme segue:

	2024	2023
Controladas diretas:		
Colombo Agroindústria S.A.	98,47%	98,41%
João Colombo Agrícola S.A.	98,20%	98,2%
Colombo Bioenergia S.A (UTE1)	98,22%	98,2%
Colombo Bioenergia S.A (UTE2)	98,41%	98,2%
Colombo Bioenergia S.A (UTE3)	98,40%	98,2%
Colombo Bioenergia S.A (UTE4)	98,26%	98,2%
CGC – Administradora e corretora de seguros LTDA.	98,20%	98,2%

A Colombo Agroindústria S.A. (“Colombo”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, e tem como objetivo principal a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar, etanol anidro e hidratado e produtos relacionados. Além da produção própria, a cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos também é adquirida de terceiros. Esta Companhia possui três unidades industriais localizadas nos municípios de Ariranha, Palestina e Santa Albertina, todos no Estado de São Paulo.

A João Colombo Agrícola S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Esta Companhia tem como objetivo principal a gestão patrimonial das terras da Companhia Colombo e a parceria agrícola com a coligada Colombo Agroindústria S.A. visando o fornecimento de cana-de-açúcar para a Companhia.

A Colombo Bioenergia S.A (UTE1) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta Companhia tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica da Companhia Colombo.

A Colombo Bioenergia S.A (UTE2) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta Companhia tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica da Companhia Colombo.

A Colombo Bioenergia S.A (UTE3) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Palestina, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta Companhia tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica da Companhia Colombo.

A Colombo Bioenergia S.A (UTE4) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Santa Albertina, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta Companhia tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica da Companhia

A CGC – Administradora e corretora de seguros é uma sociedade de responsabilidade limitada com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Esta Companhia tem como objetivo principal a gestão dos seguros da Companhia Colombo.

3 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 03 de junho de 2024.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos e base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia e suas controladas.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativa:

Nota explicativa nº 18 – o prazo dos arrendamentos foi mensurado de acordo com expectativa razoável da administração da sua manutenção, exercendo a opção de prorrogação; e As principais estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir:

b) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo que representam o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para esses ativos, o qual é determinado por meio de aplicação de premissas estabelecidos em modelos de fluxo de caixa descontados na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 14

c) Ativos imobilizado

O tratamento contábil dos ativos imobilizados inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de impairment. Ativos imobilizado que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, vide Nota 19.

d) Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 23.

e) Passivo de arrendamento e direito de uso

A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas. Para mais detalhes, vide Nota 18.

f) Ativo/Passivo fiscal diferido

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

g) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber no qual segue a metodologia simplificada de abordagem. A administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de perdas, a Companhia mensura essa provisão criando uma matriz de idade de saldo do contas a receber (Nota 11), com base nessa matriz e nas classificações de créditos “rating” dos clientes que compõem o saldo do contas a receber é calculado a provisão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber.

h) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma

hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota Explicativa nº 14 – Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico; e

Nota Explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- O ativo biológico é mensurado pelo valor justo.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

a. Imposto diferido relacionado a passivos decorrentes de uma única transação

A Companhia e suas controladas adotaram o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de abril de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do

patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma entidade aplicam as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado. Em 31 de março de 2024, em sua avaliação a Companhia e suas controladas não identificaram possíveis impactos relacionados.

b. Imposto mínimo complementar global

A Companhia e suas controladas verificaram antecipadamente e não tem nenhum impacto marial relacionado a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações, quando ocorrem, fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois.

A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente, se fosse aplicável. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia e suas controladas operam e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c. Informações de políticas contábeis materiais

A Companhia e suas controladas também adotaram a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

8 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2023.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente por meio de sua controlada indireta. O controle é alcançado quando a Companhia tem:

- Poder sobre a investida.

- Exposição, ou direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar seu poder sobre sua investida para afetar seus retornos.

A consolidação de uma subsidiária começa quando a Companhia obtém o controle da subsidiária e cessa quando a Companhia perde o controle da controlada.

i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

ii. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia nas demonstrações financeiras individuais são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio usando como referência a taxa de câmbio calculada durante o dia pelo Banco Central do Brasil (Ptax) nas datas das transações.

c) Receita de contrato com cliente

Etanol

Embora um pequeno percentual das vendas seja realizado por meio de contratos de curto prazo (menos de 12 meses) ou de longo prazo (mais de 12 meses), a maioria das vendas são realizadas no mercado spot. Os volumes contratados consistem em termos de volume fixo com preços variáveis. O preço de venda é determinado com base no índice relevante (ESALQ SP) mais um

diferencial de base dependendo da localização do cliente final e condições de envio. A Companhia reconhece a receita quando atende às obrigações de desempenho nos termos dos contratos e tendo ocorrido a transferência do controle de seus produtos para seus clientes.

Açúcar

Embora uma pequena porcentagem das vendas sejam contratos à vista ou de longo prazo (mais de 12 meses), as vendas de açúcar são normalmente realizadas por meio de contratos de curto prazo (menos de 12 meses) com preços e volumes fixos estipulados no contrato. O preço é determinado por meio de negociações com os clientes e geralmente é baseado no preço futuro da mercadoria comparável mais um diferencial de base dependendo da localização do cliente final e dos termos de envio. A Companhia reconhece a receita quando atende às obrigações de desempenho nos termos dos contratos e tendo ocorrido a transferência do controle de seus produtos para seus clientes.

Energia

A energia é negociada por meio de contratos à vista ou de curto prazo (até 12 meses). Para os contratos de curto prazo, o preço pode ser fixo ou variável com base no índice relativo de mercado dependendo das negociações com os clientes e do risco que a Companhia deseja mitigar. A receita é reconhecida quando a energia está disponível na linha de transmissão.

d) Reconhecimento de incentivos fiscais – subvenção para investimento

A receita decorrente de incentivos fiscais é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia e por suas controladas.

A subvenção para investimento do imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) é registrado a crédito na rubrica de outras receitas Nota 30 A Companhia reconhece em sua controlada Colombo Agroindústria SA a subvenção para investimento em Reserva de incentivos fiscais no Patrimônio líquido.

e) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- i.** Receita de juros;
- ii.** Despesa de juros;
- iii.** Rendimento de aplicações financeiras;
- iv.** Receitas e despesa de operações com derivativos;
- v.** Receitas e despesa líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- vi. Valor contábil bruto do ativo financeiro;
- vii. Custo amortizado do passivo financeiro;

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adotou o regime do Lucro Real para a Colombo Agroindústria S.A. com a seguinte metodologia:

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As demais empresas da Companhia adotaram o regime de Lucro Presumido com a seguinte metodologia:

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com uma porcentagem de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social do exercício sobre o faturamento, com esse percentual de presunção é aplicada uma alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados

para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

g) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

h) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques ao custo médio de aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando um produto não possui movimentação dentro do período de um ano e não é considerado estratégico pela Companhia.

i) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos e fazendas não são depreciados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Os custos da manutenção periódica são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos.

Demais reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo de qualquer renovação que aumente a vida útil deve ser ativado e incluído no valor contábil do ativo se for provável que os benefícios econômicos futuros após a renovação ultrapassarão o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente e estes benefícios fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classe de ativo Imobilizado	2024	2023
Edifícios	1,67%	1,67%
Benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas, equipamentos e instalações	5,00%	5,00%
Veículos pesados	5,00%	5,00%
Veículos leves	10,00%	10,00%
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%
Plantio de cana	20,00%	20,00%
Equipamentos de informática	33,33%	33,33%
Manutenção Entressafra	100,00%	100,00%

j) **Arrendamentos**

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados usando a taxa incremental sobre empréstimos da Companhia, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia, equivalente a aproximadamente 100% do CDI para os arrendamentos reconhecidos.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024 e 2023, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Vigências Contratuais	2024	2023
1 ano	6,45%	10,80%
2 anos	9,03%	11,26%
3 anos	10,47%	11,53%
4 anos	11,85%	10,82%
5 anos	9,08%	10,83%
6 anos	9,09%	11,21%
7 anos	11,34%	11,17%

8 anos	11,33%	10,88%
9 anos	12,04%	11,07%
10 anos em diante	10,77%	11,60%

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

k) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo

objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do

dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os ativos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um ativo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Ativos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros, ganhos cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia e suas controladas atualizam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um

direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Para mais detalhes, vide Nota 26.

l) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

9 Normas novas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e interpretações emitidas, relacionadas abaixo entraram em vigor após 1º abril de 2023. A Companhia e suas controladas, não adotaram antecipadamente, na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia e suas controladas estão sempre avaliando se possíveis impactos como esse e suas alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. O que até então, não é aplicável as tratativas da Companhia e suas controladas.

b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos - Mercado Interno	1.315	596	10.122	6.121
Caixa e bancos - Mercado Externo			9.898	58.723
Aplicações financeiras	-	-	934.470	900.743
Total	1.315	596	954.490	965.587

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxa de 92% a 109% (98% a 110% em 31/03/2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa nº 26.

11 Contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber - Mercado interno	203.497	150.488
Contas a receber - Mercado Externo	4.122	-
(-) Provisão perda esperada	(4.470)	(2.183)
	203.149	148.305

As contas a receber são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

Representado substancialmente por saldos a receber referentes à venda de açúcar e etanol no mercado interno.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota explicativa nº 26.

A composição dos saldos por idade de vencimento está assim apresentada:

	Consolidado	
	2024	2023
Valores a vencer	191.093	139.518
Vencidos		
Até 30 dias	13.495	9.549
De 31 a 60 dias	1.058	259
De 61 a 90 dias	1.302	281
De 91 a 180 dias	499	765
Acima de 360 dias	172	117
Total vencidos	16.526	10.970
Total	207.619	150.488

A provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes é assim apresentada:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	(2.183)	(13.896)
Reversão de provisão títulos vencidos acima de 360 dias	2.526	13.629
Complemento de provisão	(4.813)	(1.916)
Saldo Final	(4.470)	(2.183)

Na avaliação da administração o montante de R\$ 4.470 (R\$ 2.183 em 31/03/2023) representa a melhor estimativa para perdas esperadas com créditos.

12 Estoques

	Consolidado	
	2024	2023
Produtos acabados:		
Açúcar	24.280	24.369
Etanol	57.230	27.563
	81.511	51.932
Créditos de descarbonização:		
CBIOS	7.318	2.055
	7.318	2.055
Materiais de consumo:		
Almoxarifado e Outros (i)	81.557	64.887
Matéria prima e Embalagens	14.704	9.867
Combustíveis e Lubrificantes	10.055	9.034
Insumos Agrícolas e industriais	117.352	112.693
	223.668	196.481
Provisão obsoletos	(3.191)	(3.740)
Total	309.306	246.728

- (i) A Companhia provisionou seus estoques que estão a mais de 360 dias sem movimentação, esses estoques são classificados como estratégicos e tem como finalidade evitar a interrupção das operações.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados quando necessário, por provisão para redução ao valor de realização.

Em 31 de março de 2024, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e baixa rotatividade e/ou obsoletos.

A movimentação na provisão para perdas de estoque é assim apresentada:

	Consolidado
Saldo em 31 de março 2022	(6.879)
Complemento de provisão perdas estimadas e baixa rotatividade e/ou obsoletos	3.139
Saldo em 31 de março 2023	(3.740)
Reversão (Complemento) de provisão perdas estimadas e baixa rotatividade e/ou obsoletos	549
Saldo em 31 de março 2024	(3.191)

13 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de serviços, insumos e materiais de reposição para máquinas e equipamentos.

	Consolidado	
	2024	2023
Adiantamentos – compra de cana-de-açúcar	53.350	32.925
Adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços	74.642	66.973
Adiantamentos – compra de açúcar para revenda	399	3.602
Total	128.391	103.500

14 Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia correspondem às canas em pé cultivadas nas lavouras de cana-de-açúcar que serão utilizadas como fonte de matéria-prima para a produção de açúcar, etanol e bioenergia no momento da sua colheita.

O método de avaliação do valor justo é o fluxo de caixa descontado a valor presente.

O modelo de valorização considera o valor presente dos fluxos de caixa esperados a serem gerados, incluindo projeções de até dois anos, considerando as estimativas de data efetiva de corte da cana em pé.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado.

Em 31 de março de 2024, as seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo consolidado:

Análise das Premissas

	2024	2023
Área estimada de colheita (hectares)	97.587	90.638
Produtividade média prevista (tons de cana/hectares)	103,27	98,59
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	141,06	138,01
Valor do Kg de ATR - (R\$)	1,18	1,28

A Companhia aumentou a área estimada de colheita (hectares) em razão da recuperação das variações climáticas.

A movimentação consolidada dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de março de 2022	596.849
Aumento devido às novas plantações - Trato	326.405
Redução decorrente de colheita (trato)	(296.556)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	82.277
Saldo em 31 de março de 2023	708.975
Aumento devido às novas plantações - Trato	379.198
Redução decorrente de colheita (trato)	(319.723)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	8.338
Saldo em 31 de março de 2024	776.788

Em 31 de março de 2024 a taxa de desconto real utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos WACC é de 5,82% ao ano (31 de março de 2023 foi de 7,27%).

Análise de sensibilidade

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis:

(i) preço da tonelada de cana-de-açúcar:

Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 24.714.

(ii) volume de produção de cana-de-açúcar:

Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 41.716

As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas.

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos e estabelece políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras.

A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar originada das suas plantações.

Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de comercialização com a oferta e demanda do mercado.

A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço da Companhia esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de comercialização estejam consistentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- o preço estimado do Açúcar Total Recuperável - ATR fosse maior (menor);
- a produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor);
- a taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes de mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais.

A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, no resultado operacional da Companhia, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos operacionais, veja a Nota Explicativa 26.

15 Impostos a recuperar

Os saldos dos impostos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações. A composição dos saldos de impostos a recuperar é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
ICMS (i)	13.505	6.209
PIS e COFINS (ii)	80.977	60.776
Outros	2.615	2.393
Total	97.097	69.378
Circulante	91.262	66.768
Não circulante	5.835	2.610

- (i) **ICMS:** O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48 e por créditos apurados na aquisição de insumos agrícolas e industriais, sobretudo combustíveis, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (ii) **PIS e COFINS:** O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS. Esses créditos poderão ser compensados com outros tributos federais.

Em 11 de março de 2022, foi publicada a Lei Complementar nº 192/2022 com o objetivo de reduzir a carga tributária na cadeia de combustíveis. O art. 9º da referida lei estabeleceu a redução a zero até 31 de dezembro de 2022 das alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre óleo diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo (“GLP”), garantindo ao mesmo tempo a manutenção dos créditos vinculados a toda cadeia econômica.

16 Depósitos judiciais

Os Depósitos judiciais correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis, tributárias e trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações ou para suspender a exigibilidade de créditos tributários.

Os Depósitos judiciais são corrigidos na sua maioria, pela taxa referencial (TR), dependendo da natureza jurídica.

A composição dos saldos de recuperar depósitos judiciais é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
IPI sobre vendas de açúcar (i)	11.523	11.523
Trabalhista	12.302	12.293
Cível	1.117	1.117
Outros	783	752
Total	25.724	25.685

(i) Refere-se a depósitos judiciais do IPI sobre o açúcar no período de julho de 2007 a março de 2009 pelo fato da Companhia considerar a inconstitucionalidade da tributação, fundamentada, entre outros aspectos, pela violação do princípio da seletividade, previsto no artigo 153, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal. A Grupo reconheceu o passivo correspondente.

17 Investimento

a. Movimentação dos investimentos

	Colombo Agroindúst ria S.A.	João Colombo Agrícola S.A.	UTE 1	UTE 2	UTE 3	UTE 4	CGC	Total
Saldo em 31 de março de 2022	1.600.246	339.934	30.873	14.914	7.181	27.120	1.008	2.021.276
Resultado de equivalência patrimonial	249.349	31.841	4.119	17.425	157	7.321	1.443	311.654
Dividendos mínimos obrigatórios	(41.453)	(7.566)	(981)	(4.358)	(38)	(1.741)	(361)	(56.496)
Distribuição de dividendos com reservas	-	(18.664)	(6.105)	(10.286)	(2.031)	(9.162)	(943)	(47.191)
Integralização de capital	47.191	-	-	-	-	-	-	47.192
Saldo em 31 de março de 2023	1.855.334	345.545	27.906	17.695	5.269	23.538	1.147	2.276.434
Resultado de equivalência patrimonial	350.455	39.135	4.259	12.308	684	5.539	1.301	413.681
Dividendos mínimos obrigatórios	(83.231)	(9.295)	(1.012)	(2.923)	(162)	(1.316)	(247)	(98.186)
Distribuição de dividendos com reservas	(137.071)	(22.687)	(3.030)	(13.135)	(139)	(5.420)	(1.162)	(182.644)
Integralização de capital	154.607	-	658	5.598	1.565	1.618	-	164.046
Saldo em 31 de março de 2024	2.140.093	352.698	28.781	19.543	7.218	23.959	1.039	2.573.331

Informações de controladas

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Resultado	Efeito no resultado da controladora
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Saldo em 31 de março de 2024									
Colombo Agroindústria S.A.	2.494.320	3.500.623	755.128	3.066.557	2.173.258	3.161.203	2.805.196	356.007	350.723
João Colombo Agrícola S.A.	43.205	426.209	9.493	100.758	359.163	40.484	632	39.852	39.135
Colombo Bioenergia S.A. UTE 1	12.033	20.551	2.122	1.159	29.303	7.712	3.376	4.336	4.259
Colombo Bioenergia S.A. UTE 2	16.591	7.473	3.897	308	19.859	13.966	1.460	12.506	12.308
Colombo Bioenergia S.A. UTE 3	2.835	5.249	418	329	7.337	2.605	1.910	695	684
Colombo Bioenergia S.A. UTE 4	10.257	18.022	2.382	1.513	24.384	8.352	2.715	5.637	5.539
CGC	1.435	8	383	-	1.060	1.749	693	1.056	1.033
					2.614.363	3.236.071	2.815.982	420.089	413.681

Angelina Colombo S.A.
*Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de março de 2024*

Saldo em 31 de março de 2024	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Resultado	Efeito no resultado da controladora
	Circulante	Não circulante	Circulant e	Não circulante					
Colombo Agroindústria S.A.	2.281.538	3.484.382	821.199	3.059.487	1.885.234	2.669.066	2.414.933	254.133	249.349
João Colombo Agrícola S.A.	35.583	425.642	8.587	100.758	351.880	34.522	2.097	32.425	31.841
Colombo Bioenergia S.A. UTE 1	9.239	22.115	1.726	1.213	28.415	9.230	5.036	4.194	4.119
Colombo Bioenergia S.A. UTE 2	15.856	8.042	5.550	328	18.020	22.528	4.815	17.713	17.425
Colombo Bioenergia S.A. UTE 3	330	5.485	106	343	5.366	1.751	1.592	159	157
Colombo Bioenergia S.A. UTE 4	8.343	19.206	1.995	1.584	23.970	10.903	3.448	7.455	7.321
CGC	1.591	8	431	-	1.168	1.812	444	1.368	1.443
					2.314.053	2.749.812	2.432.365	317.447	311.655

18 Direito de uso e Arrendamentos

a. Arrendamentos

Os contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas passaram a atender as definições de arrendamento a partir de 1º de janeiro de 2020, no caso específico da Companhia, pela incorporação das atividades da antiga coligada Companhia Agrícola Colombo. Antes da incorporação os contratos eram detidos por esta Companhia e estes não se enquadravam nas premissas do normativo CPC 06(R2), visto que a Companhia Agrícola Colombo detinha o direito de uso e acesso à terra, mas não realizava nenhum pagamento ao parceiro.

b. Movimentação do direito de uso

	Arrendamento s agrícolas	Parcerias Agrícolas	Total
Saldo 31/03/2022	76.667	1.511.268	1.587.935
Adições novos contratos - sem efeito caixa	27.603	234.624	262.227
Remensuração de contratos – sem efeito caixa (i)	894	21.051	21.945
Amortização	(39.551)	(417.812)	(457.363)
Saldo 31/03/2023	65.613	1.349.131	1.414.744
Adições novos contratos - sem efeito caixa	3.304	66.101	69.405
Remensuração de contratos – sem efeito caixa (i)	1.610	26.412	28.022
Amortização	(21.165)	(221.239)	(242.404)
Reclassificação	20.122	(20.122)	-
Saldo 31/03/2024	69.484	1.200.283	1.269.767

- (i) A remensuração dos contratos ocorrem com a atualização do índice de preço da tonelada de cana-de-açúcar, disponibilizado pela consecana, atualizando o fluxo de pagamentos futuros, alterando o passivo de arrendamento e o direito de uso

A amortização do direito de uso seguirá o fluxo de amortização no período de safra, compreendido entre abril e novembro de cada ano fiscal, na proporção da entrada de cana colhida nas áreas objeto de arrendamento e parcerias.

O Prazo médio de amortização dos contratos de arrendamento os quais estão vinculados com esses direitos de uso é de aproximadamente 7 safras a contar da adoção inicial do CPC 06 (R2)

c. Movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento

	Consolidado		
	Arrendamentos agrícolas	Parcerias Agrícolas	Total
Saldo em 31/03/2022	84.817	1.405.660	1.490.477
Adição de novos contratos	27.603	234.624	262.227
Remensuração do contrato	894	21.051	21.945
Pagamento principal	(22.414)	(338.106)	(360.520)
Pagamento juros	(7.057)	(53.947)	(61.004)
Atualização de juros	6.354	105.040	111.394
Adição de novos contratos	27.603	234.624	262.227
Saldo em 31/03/2023	90.197	1.374.322	1.464.519
Passivo Circulante	26.252	270.863	297.115
Passivo Não Circulante	63.945	1.103.459	1.167.404
Adição de novos contratos	3.304	66.101	69.405
Remensuração do contrato	1.610	26.412	28.022
Pagamento principal	(46.659)	(256.042)	(302.701)
Pagamento juros	(15.916)	(86.675)	(102.591)
Reclassificação dos contratos	20.122	(20.122)	-
Atualização de juros	22.001	112.246	134.247
Saldo em 31/03/2024	74.659	1.216.242	1.290.901
Passivo Circulante	14.826	237.612	252.438
Passivo Não Circulante	59.833	978.630	1.038.463

Os contratos classificados como passivo de arrendamento têm a seguinte composição de vencimento:

31 de março de 2024	Consolidado			
	Parceria Agrícola		Arrendamento	
	Valor Futuro	Valor Presente	Valor Futuro	Valor Presente
Vencimento				
Safra 2024/2025	260.185	237.612	16.234	14.826
Safra 2025/2026	243.137	202.779	20.379	16.996
Safra 2026/2027	223.502	170.231	17.286	13.166
Safra 2027/2028	185.939	129.335	16.114	11.208
Safra 2028/2029	133.698	84.929	11.313	7.187
Safra 2029/2030	91.040	52.814	4.149	2.407
Safra 2030/2031	81.673	43.269	3.983	2.110
Safra 2031/2032	80.940	39.161	3.739	1.809
Safra 2032/2033	84.981	37.549	4.094	1.809
Apartir da safra 2033	649.454	218.564	9.334	3.141
	2.034.550	1.216.242	106.625	74.659

19 Imobilizado

Custo	Consolidado					2024
	2023	Adição	Amortizações	Baixas	Transf.	
Terras	430.317	568	-	-	-	430.885
Edifícios e benfeitorias	109.566	111	-	-	7.586	117.263
Móveis e utensílios	8.517	1.912	-	-	-	10.429
Veículos	292.570	36.339	-	(11.295)	24.102	341.716
Máquinas e implementos agrícolas	224.990	86.108	-	(14.302)	747	297.543
Máquinas, equipamentos e instalações	1.033.172	11.996	-	(542)	48.493	1.093.120
Equipamentos de informática	20.719	802	-	-	-	21.521
Imobilizado em andamento	32.138	91.020	-	-	(57.042)	66.116
Manutenção de entressafra	635.142	153.946	-	(400.269)	-	388.819
Lavouras de cana	1.737.489	355.284	-	-	-	2.092.773
Outras imobilizações	6.802	2.016	-	-	-	8.818
Adto. para aquisição de imobilizado	23.886	-	-	-	(23.886)	-
Total	4.555.309	740.102	-	(426.408)	-	4.869.003
Depreciação						
Edifícios e benfeitorias	(33.533)	(2.042)	-	-	-	(35.575)
Móveis e utensílios	(5.735)	(320)	-	-	-	(6.055)
Veículos	(194.273)	(12.207)	-	6.893	-	(199.587)
Máquinas e implementos agrícolas	(88.692)	(21.075)	-	9.366	-	(100.401)
Máquinas, equipamentos e instalações	(594.989)	(39.041)	-	379	-	(633.651)
Equipamentos de informática	(11.706)	(1.733)	-	-	-	(13.439)
Manutenção de entressafra	(400.268)	-	(234.874)	400.269	-	(234.873)
Lavouras de cana	(680.597)	-	(288.225)	-	-	(968.822)
Total	(2.009.793)	(76.418)	(523.099)	416.907	-	(2.192.403)

Custo	Consolidado					2023
	2022	Adição	Amortizações	Baixas	Transf.	
Terras	430.197	120	-	-	-	430.317
Edifícios e benfeitorias	109.266	465	-	(558)	414	109.587
Móveis e utensílios	8.153	350	-	-	15	8.518
Veículos	281.339	31.170	-	(19.496)	(1.080)	291.933
Máquinas e implementos agrícolas	224.783	24.540	-	(23.022)	(987)	225.314
Máquinas, equipamentos e instalações	973.369	41.371	-	(5.833)	24.399	1.033.306
Equipamentos de informática	20.426	291	-	-	2	20.719
Imobilizado em andamento	16.104	41.722	-	(2.928)	(22.762)	32.136
Manutenção de entressafra	380.965	254.182	-	-	(1)	635.146
Lavouras de cana	1.416.893	320.594	-	-	-	1.737.487
Outras imobilizações	4.544	2.258	-	-	-	6.802
Adto. para aquisição de imobilizado	-	23.887	-	-	-	23.887
Total	3.866.039	740.950	-	(51.837)	-	4.555.152
Depreciação						
Edifícios e benfeitorias	(31.747)	(1.935)	-	128	-	(33.554)
Móveis e utensílios	(5.458)	(277)	-	-	-	(5.735)
Veículos	(200.086)	(9.019)	-	15.434	-	(193.671)
Máquinas e implementos agrícolas	(91.763)	(16.578)	-	19.323	-	(89.018)
Máquinas, equipamentos e instalações	(564.106)	(33.632)	-	2.653	-	(595.085)
Equipamentos de informática	(9.870)	(1.838)	-	-	-	(11.708)
Manutenção de entressafra	(230.153)	-	(170.115)	-	-	(400.268)
Lavouras de cana	(373.199)	-	(307.398)	-	-	(680.597)
Total	(1.506.382)	(63.279)	(477.513)	37.538	-	(2.009.636)

Imobilizado líquido	Consolidado	
	2024	2023
Terras	430.885	430.317
Edifícios e benfeitorias	81.686	76.033
Móveis e utensílios	4.381	2.783
Veículos	142.089	98.262
Máquinas e implementos agrícolas	197.854	136.296
Máquinas, equipamentos e instalações	459.410	438.221
Equipamentos de informática	8.080	9.011
Manutenção de entressafra	153.950	234.878
Imobilizado em andamento	66.212	32.136
Lavouras de cana	1.123.949	1.056.890
Outras imobilizações	8.104	6.803
Adto. para aquisição de imobilizado	-	23.887
Total	2.676.600	2.545.516

Imobilizado líquido	Consolidado	
	2023	2022
Terras	430.317	430.197
Edifícios e benfeitorias	76.033	77.519
Móveis e utensílios	2.783	2.695
Veículos	98.262	81.253
Máquinas e implementos agrícolas	136.296	133.020
Máquinas, equipamentos e instalações	438.221	409.263
Equipamentos de informática	9.011	10.556
Manutenção de entressafra	234.878	150.812
Imobilizado em andamento	32.136	16.104
Lavouras de cana	1.056.890	1.043.694
Outras imobilizações	6.802	4.544
Adto. para aquisição de imobilizado	23.887	-
Total	2.545.516	2.359.657

a. Bens dados em garantia

A Companhia cedeu determinados bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos, cujos saldos estão descritos a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Veículos	-	3.262
	-	3.262

b. Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024 e 2023, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

c. Adições - Efeito na demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado	
	2024	2023
Abertura das adições:		
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	355.284	320.594
Outras aquisições de imobilizado	384.818	396.469
Saldo de adições com efeito na demonstração do fluxo de caixa	740.102	717.063

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
			2024	2023
Fornecedores de bens e serviços (i)	141	104	165.681	127.609
Fornecedores compra de cana de açúcar (ii)	-	-	48.240	25.131
Total	141	104	213.921	152.740

- (i) Os saldos a pagar junto aos fornecedores de materiais e serviços correspondente a aquisições de máquinas e equipamentos, bem como serviços contratados no país em moeda nacional.
- (ii) Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue durante a safra corrente e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de ATR - Açúcar Total Recuperado divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de março de 2024 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente.

21 Empréstimos e financiamentos

a) Modalidade dos empréstimos

	Consolidado	
	2024	2023
Passivo circulante		
Finame	-	1.324
Capital de Giro	46.167	125.722
Debêntures	6.661	74.288
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	754	940
	53.582	202.274
(-) Custos de transação a amortizar	(4.778)	(3.523)
	48.804	198.751
Passivo não circulante		
Finame	-	1.938
Capital de Giro	602.157	734.514
Debêntures	773.222	500.470
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	436.050	418.677
	1.811.429	1.655.599
(-) Custos de transação a amortizar	(18.078)	(14.160)
	1.793.351	1.641.439
Total	1.842.155	1.840.190

As parcelas classificadas no passivo têm o seguinte cronograma de pagamento agrupados por safra:

Ano de vencimento	2024	2023
Safra 2024/2025	53.582	202.274
Safra 2025/2026	715.180	263.144
Safra 2026/2027	400.246	375.108
Safra 2027/2028	177.221	623.765
Safra 2028/2029	177.167	393.582
Safra 2029/2030	170.824	-
Safra 2030/2031	170.790	-
	1.865.011	1.857.873

b) Movimentação dos empréstimos

Consolidado 31 de março de 2024

Banco	Consolidado						Saldo final 31/03/2024
	Saldo final 31/03/2023	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Amortização	
Capital de Giro	860.236	120.000	108.655	(335.027)	(105.541)	-	648.323
CRA	419.618	-	35.945	-	(18.760)	-	436.804
Debentures	574.758	300.000	58.053	(115.186)	(37.742)	-	779.883
FINAME	3.263,00	-	14	(3.249)	(28)	-	-
Total	1.857.875	420.000	202.667	(453.462)	(162.071)	-	1.865.010
(-) Custos de transação a amortizar	(17.685)	(8.733)	-	-	-	3.563	(22.855)
Total	1.840.190	411.267	202.667	(453.462)	(162.071)	3.563	1.842.155

Consolidado 31 de março de 2023

Banco	Consolidado						Saldo final 31/03/2023
	Saldo final 31/03/2022	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Amortização	
Capital de Giro	805.401	445.357	105.258	(425.713)	(72.873)	-	857.430
CRA	398.458	-	39.246	-	(18.088)	-	419.616
Debentures	645.948	-	71.169	(93.588)	(48.771)	-	574.758
FINAME	33.883	-	2.826	(27.686)	(2.952)	-	6.071
Total	1.883.690	445.357	218.499	(546.987)	(142.684)	-	1.857.875
(-) Custos de transação a amortizar	(20.596)	-	-	-	-	2.911	(17.685)
Total	1.863.094	445.357	218.499	(546.987)	(142.684)	2.911	1.840.190

c) Termos e cronograma de amortização da dívida

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2024		2023	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Capital de giro	R\$	CDI + (0,80% a 1,58%) a.a.	11,41%	De 2025 a 2031	603.023	619.519	849.719	883.707
Capital de giro	R\$	Taxa Pré	8,04%	De 2025 a 2026	45.300	44.486	7.711	7.634
Debêntures	R\$	IPCA + 5,48% a 6,63%	11,90%	De 2028 a 2031	779.883	816.735	457.729	463.391
Debêntures	R\$	CDI + 2,05 a.a.	15,05%	De 2024 a 2024	-	-	117.029	115.859
Finame	R\$	Taxa Pré (2,50% a 10,50%) a.a.	10,05%	De 2023 a 2024	-	-	6.071	6.193
CRA	R\$	IPCA + 4,45%	11,05%	De 2026 a 2027	436.804	445.780	419.616	449.145
Total					1.865.010	1.926.520	1.857.875	1.925.928

d) Covenants

O Grupo possui cláusulas restritivas de contrato de financiamento junto as instituições financeiras, sendo as seguintes:

Apresentar, durante toda a vigência do contrato, os seguintes índices:

- Índice de liquidez corrente;
- Dívida líquida/EBITDA;
- Dívida líquida/PL;
- EBITDA/resultado financeiro líquida menos cambial.

e) Garantias

	Modalidade	Valor
Aval, AFiduciária de Ativo Imobilizado	Finame	-
Aval PJ, Hipoteca Imóveis e AF de Cana	Capital de Giro	648.324
Aval PJ	Debêntures	779.883
Aval PJ	CRA	436.804
		<u>1.865.011</u>

22 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	2024	2023
IRRF	2.380	1.444
ICMS	19.279	5.508
INSS	10.320	10.168
FGTS	1.920	1.467
PIS e COFINS	627	540
Outros	917	983
Total	<u><u>35.443</u></u>	<u><u>20.110</u></u>

23 Provisão para demandas judiciais

A movimentação das contingências trabalhistas apresentadas ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado
Provisão para demandas judiciais 31/03/2022	35.504
Adições no exercício	4.629
Reversões no exercício	(1.208)
Provisão para demandas judiciais 31/03/2023	38.925
Adições no exercício	7.309
Reversões no exercício	(999)
Provisão para demandas judiciais 31/03/2024	45.235

A Companhia não possui processos prováveis de perda de natureza tributária e cível. Todas as contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis de natureza possível estão estimados no montante de R\$ 102.589 (R\$ 71.496 em 31 de março de 2023).

Os assessores jurídicos da Companhia estimam ser risco possível ou remoto a probabilidade de perda na defesa apresentada, não tendo sido constituído, desta forma, provisão, conforme práticas contábeis.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos	Natureza
Trabalhistas	Reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade, e periculosidade e verbas rescisórias) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas, no montante de R\$ 9.475
Ambiental	Autos de infração ambiental de diversas naturezas (queima de cana, queima de áreas de preservação permanente, entre outras) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas, no montante de R\$ 44.754.
Tributária, Cível e Administrativos	Processos cíveis e administrativos de diversas naturezas, (danos morais e materiais por acidentes de trânsito, Autos de infração de trânsito e questionamentos de obrigações contratuais), no montante de R\$ 48.360.

24 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social está representado por 1.335.181.794 em ações ordinárias (1.335.181.794 em 31 de março de 2023), nominativas, sem valor nominal, sem alteração dos beneficiários finais de cada companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária realizada em 05 de julho de 2023 os acionistas aprovaram um aumento de capital social no montante de R\$ 221.955 com reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com artigo da Lei 6.404/76 a Companhia constituiu Reserva de Retenção de Lucros com base no orçamento de capital após as destinações estatutárias e legais conforme proposta de Administração.

O orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (AGO)

A proposta de constituição de Reserva de Lucros, no montante de R\$ 294.557, visa fazer frente ao plano de investimentos para o próximo exercício.

O montante dos lucros retidos da Companhia conforme proposta de orçamento de capital será destinado à aplicação em novos investimentos, os investimentos contemplam modernização e renovação da planta industrial da unidade de ariranha, renovações e ampliações do canal, e a construção de uma fábrica de açúcar em uma das unidades.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado da reserva legal conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos consolidados, incluem dividendos a pagar aos acionistas não controladores, os quais serão submetidos à aprovação em assembleia de acionistas.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de março de 2022	99.117	100.952
Dividendos do exercício	73.988	79.309
Pagamentos	(99.117)	(105.330)
Saldo em 31 de março de 2023	73.988	74.931
Dividendos do exercício	98.186	99.745
Pagamentos	(73.988)	(74.931)
Saldo em 31 de março de 2024	98.186	99.745

25 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia objetiva equilibrar as fontes de recursos próprios e de terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	2024	2023
Empréstimos e Financiamentos	1.842.155	1.840.190
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(954.490)	(965.587)
(+/-) Instrumentos derivativos	25.351	9.412
(=) Dívida líquida (A)	913.016	884.015
Total do patrimônio líquido (B)	2.615.866	2.297.227
Relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido (A/B)	0,35	0,38

26 Instrumentos financeiros

a) Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações, os quais são equalizados e administrados por meio de determinados instrumentos financeiros:

- (a) Risco de preço;

- (b) Risco de crédito
- (c) Risco de liquidez
- (d) Risco de taxa de câmbio
- (e) Risco de taxa de juros;

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

b) Exposição a risco de preço

A Companhia possui políticas específicas de tesouraria e trading que definem um direcionamento para gerenciamento de riscos, nunca operando com derivativos além do notional total do ativo ou passivo adjacente.

Para monitoramento das atividades e assegurar o cumprimento das políticas, a Companhia possui o comitê de riscos que se reúne semanalmente para analisar o comportamento do mercado de commodities (açúcar) e de câmbio com o objetivo de deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preços das exportações ou importações de produtos, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças nos preços das commodities e na taxa de câmbio.

c) Exposição a riscos de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos.

A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração da Companhia.

A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.315	596	954.490	965.587
Contas a receber	11	-	-	203.149	148.305
Outros créditos		214	175	6.995	5.450
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	6.548	24.587
		1.529	771	1.171.182	1.143.929

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

d) **Exposição a risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Como parte do processo de gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora sua execução, discutindo riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, investimentos e necessidades de refinanciamento.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31 de março de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa	Consolidado			
			1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	213.921	213.921	213.921	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.842.155	2.658.995	148.787	292.158	1.722.700	495.350
Dividendos a pagar	99.745	99.745	99.745	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31.899	31.899	8.642	23.257	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	1.216.242	2.034.550	260.185	243.137	543.139	988.089
Arrendamentos a pagar	74.659	106.625	16.234	20.379	33.400	36.612
Outras contas a pagar	77.915	77.915	33.376	44.539	-	-
	3.556.536	5.223.650	780.891	623.469	2.299.239	1.520.051

31 de março de 2023	Consolidado					
	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	152.741	152.741	152.741	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.840.190	2.978.778	261.097	569.350	460.640	1.687.691
Dividendos a pagar	74.933	74.933	74.933	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33.999	33.999	22.376	11.623	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	1.374.322	2.102.354	335.736	281.474	569.446	915.698
Arrendamentos a pagar	90.197	116.168	31.120	26.152	34.416	24.480
Outras contas a pagar	100.266	100.266	56.897	43.369	-	-
	3.666.648	5.559.239	934.900	931.968	1.064.502	2.627.869

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

e) Exposição a riscos cambiais

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras e empréstimos são denominados. As moedas funcionais da Companhia são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD). As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas: R\$.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir pelos montantes de principal (nacional em R\$):

	Notas	Consolidado	
		2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	10	9.898	58.723
Contas a receber	11	4.122	-
		14.020	58.723

(a) Análise de sensibilidade - Risco de moeda

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e a apreciação sobre a taxa de câmbio de R\$/USD 4,9956 utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis.

Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Em 31 de março de 2024:

31 de março de 2024	Provável	Consolidado			
		Alta		Baixa	
		25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Cenários					
Caixa e equivalentes de caixa	9.898	2.475	4.949	(2.475)	(4.949)
Contas a receber	4.122	1.031	2.061	(1.031)	(2.061)
	14.020	2.475	4.949	(2.475)	(4.949)

Em 31 de março de 2023:

31 de março de 2023	Provável	Consolidado			
		Alta		Baixa	
		25,00%	50,00%	25,00%	50,00%
Cenários					
Caixa e equivalentes de caixa	58.732	14.683	29.366	(14.683)	(29.366)
	58.732	14.683	29.366	(14.683)	(29.366)

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima foram obtidas com as fontes externas de mercado, como Bloomberg e BM&F Bovespa.

f) Exposição a risco taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados a taxa pós-fixadas.

No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural no risco de flutuação de taxa de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxa pós-fixadas.

Quanto à moeda estrangeira, Swaps foram contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros (Libor).

	Notas	Consolidado	
		Valor contábil	
		2024	2023
Aplicações financeiras (Pós-fixado)	10	(934.470)	(900.744)
Empréstimos e financiamentos (Pós-fixado)	21	1.842.155	1.840.190
		907.685	939.446

g) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia gerencia esse risco através de instrumentos financeiros derivativos (*Swap* e *NDF - Non-Deliverable Forward*), a fim de proteger as variações entre o dólar americano e o real e a variação da taxa de juros.

A posição dos contratos destes instrumentos financeiros derivativos com fluxo em aberto em 31 de março de 2024, por vencimento e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Modalidade	Consolidado						
	Banco	Data de Início	Vencimento	Notional USD	Paridade inicial	(Fair value)	
						2024	2023
NDF - Termo de Moedas	Bradesco	05/10/2023	27/12/2024	8.418	5,1034 a 5,3341	1.372	10.005
NDF - Termo de Moedas	BTG Pactual	11/10/2022	18/01/2024	636	4,9200 a 5,8879	-	333
NDF - Termo de Moedas	Santander	05/02/2024	26/11/2024	3.030	5,0390 a 5,1439	4	-
NDF - Termo de Moedas	Citibank	05/10/2023	25/10/2024	1.684	5,2549 a 5,2790	181	1.227
NDF - Termo de Moedas	Rabobank	05/10/2023	30/10/2024	7.727	5,0736 a 5,3337	639	1.931
NDF - Termo de Moedas	Fcstone	16/02/2024	15/04/2024	5.598	5,7296 a 5,7297	(25)	632
NDF - Termo de Moedas	Br partners	13/06/2022	06/07/2024	9.524	5,4295 a 5,4845	-	1.552
NDF - Termo de Moedas	ABC	25/04/2022	26/09/2024	1.340	5,7520 a 5,7600	-	659
NDF - Termo de Moedas	XP Inv.	15/12/2022	07/11/2024	1.315	5,6215 a 5,8161	-	1.110
NDF - Termo de Moedas	Itaú	27/09/2022	15/08/2024	728	5,2304 a 5,2305	108	4.382
						2.279	21.831

Consolidado							
Modalidade	Banco	Data de Início	Vencimento	Notional	Taxa Passiva (Instituição)	(Fair value)	
						2024	2023
SWAP Dívida	Bradesco	25/06/2019	19/05/2026	70.000	CDI + 1,50%	(1.677)	(5.241)
SWAP Dívida	Br partners	10/08/2021	17/07/2028	211.121	CDI + 5,48%	(5.558)	(1.279)
SWAP Dívida	Br partners	09/02/2024	17/02/2031	150.000	CDI + 1,15%	(2.481)	
SWAP Dívida	XP Inv.	29/02/2024	17/02/2031	150.000	CDI + 1,15%	(1.854)	-
SWAP Dívida	XP Inv.	13/03/2023	12/03/2027	418.317	CDI + 4,44%	(12.661)	(3.698)
SWAP Dívida	Itaú	13/08/2021	17/08/2028	200.000	CDI + 5,48%	(6.630)	(2.080)
						(30.861)	(12.298)

Consolidado							
Modalidade	Banco	Data de Início	Vencimento	Notional	Paridade inicial	(Fair value)	
						2024	2023
Swap Commodities (Sugar)	Fcstone	16/03/2023	30/09/2024	26.683 TON	2.128 a 2.232	3.231	(18.945)
						3.231	(18.945)

A seguir apresentamos os instrumentos financeiros derivativos por natureza e classificação de acordo com o período de liquidação:

	Consolidado	
	2024	2023
SWAP	(27.630)	(31.243)
NDF	2.279	21.831
	(25.351)	(9.412)
Ativo circulante	6.548	24.584
Ativo não circulante	-	3
Passivo circulante	(8.642)	(22.376)
Passivo não circulante	(23.257)	(11.623)

(a) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundas desta operação no resultado do exercício. Em 31 de março de 2024, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Instrumentos financeiros derivativos realizados	26.920	(2.845)
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	(25.350)	(30.655)
	1.570	(33.500)
(-) IR e CS Diferidos	8.619	10.423
Efeito líquido no resultado da Companhia	10.189	(23.077)

h) Mensuração do valor justo

(a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2024

	Notas	Valor contábil			Valor justo			Total
		Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	26	6.548	-	6.548	-	6.548	-	6.548
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	10	934.470	20.020	954.490				
Contas a receber	11	-	203.149	203.149				
Adiantamentos a fornecedores	13	-	128.391	128.391				
Outros ativos		-	6.995	6.995				
Depósitos judiciais	16	-	25.724	25.724				
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	26	31.899	-	31.899	-	31.899	-	31.899
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	20	-	213.921	213.921				
Outras contas a pagar		-	77.915	77.915				
Parceria agrícola a pagar	18	-	1.216.242	1.216.242				
Arrendamento a pagar	18	-	74.659	74.659				
Empréstimos e financiamentos	21	-	1.842.155	1.842.155				

31 de março de 2023

	Notas	Valor contábil			Valor justo			
		Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	26	24.587	-	24.587	-	24.587	-	24.587
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	10	900.744	64.843	965.587				
Contas a receber	11	-	148.305	148.305				
Adiantamentos a fornecedores	13		103.500	103.500				
Outros ativos		-	5.450	5.450				
Depósitos judiciais	16	-	25.685	25.685				
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	26	33.999	-	33.999	-	33.999	-	33.999
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	20	-	152.741	152.741				
Outras contas a pagar		-	100.266	100.266				
Parceria agrícola a pagar	18	-	1.374.322	1.374.322				
Arrendamento a pagar	18	-	90.197	90.197				
Empréstimos e financiamentos	21	-	1.840.190	1.840.190				

27 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

a. Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

	Consolidado		
	2023	Resultado	2024
Provisão para contingências	12.734	2.146	14.880
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.249	777	2.026
Variação do valor justo do ativo biológico	(114.282)	(2.835)	(117.117)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	40.986	32.241	73.227
Variação de derivativos não realizada	3.200	5.419	8.619
Variação cambial não realizada	1.719	(1.091)	628
Diferença de taxa	(118.764)	(5.855)	(124.619)
Custo atribuído	(82.091)	6.579	(75.512)
Custo Aquisição CRA	(6.278)	(1.758)	(8.036)
Provisão estoque obsoleto	1.271	(187)	1.084
CBIOS	(698)	(1.791)	(2.489)
Outras diferenças temporárias	-	1.530	1.530
Imposto diferido líquido	(260.954)	35.175	(225.779)

	Consolidado		
	2022	Resultado	2023
Provisão para contingências	11.571	1.163	12.734
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.895	(2.646)	1.249
Variação do valor justo do ativo biológico	(86.307)	(27.975)	(114.282)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	18.164	22.821	40.986
Variação de derivativos não realizada	(7.223)	10.423	3.200
Variação cambial não realizada	5.494	(3.775)	1.719
Diferença de taxa	(122.991)	4.227	(118.764)
Custo atribuído	(88.732)	6.641	(82.091)
Custo Aquisição CRA	(7.003)	725	(6.278)
Provisão estoque obsoleto	2.339	(1.067)	1.272
Prejuízo fiscal do exercício	34.020	(34.020)	-
CBIOS	-	(699)	(699)
Outras diferenças temporárias	1.049	(1.049)	-
Imposto diferido líquido	(235.724)	(25.231)	(260.954)

Imposto de renda e contribuição social a recuperar e recolher

	Consolidado	
	2024	2023
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social - Estimativas pagas	104.034	79.733
Imposto de renda e contribuição social - Aplicações financeiras	1.056	3.524
	105.090	83.257
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(32.444)	(20.136)
	(32.444)	(20.136)

Imposto de renda e contribuição social recolhido mensal por estimativa

	Consolidado	
	2024	2023
Estimativas de IR e CSLL pagas		
Imposto de renda e contribuição social - Estimativas pagas	137.140	67.102
Imposto de renda e contribuição social - Aplicações financeiras	13.963	12.631
	151.103	79.733

Conciliação imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	2024	2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	573.705	386.478
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Alíquota fiscal combinada	195.060	131.403
Adições e exclusões permanentes:		
Diferença pela tributação no lucro presumido	(17.829)	(21.372)
Doações a entidades filantrópicas e desportivas	(5.784)	(2.069)
Tributação na fonte sobre venda de créditos de CBIOS	(9.666)	(7.871)
Recuperação de indêbitos	(6.239)	-
Crédito outorgado ICMS	-	(24.787)
Outras adições e exclusões permanentes	(1.926)	(6.272)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	153.616	69.032
Imposto de renda e contribuição social corrente	(188.791)	(43.801)
Imposto de renda e contribuição social diferido	35.175	(25.231)
Alíquota fiscal efetiva	(27%)	(18%)

28 Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
Mercado interno		
Açúcar	1.587.228	1.296.334
Etanol	1.329.258	1.243.380
Energia elétrica	34.135	46.913
Cbios	64.442	52.476
Outras vendas	26.242	29.379
	3.041.305	2.668.482
Mercado externo		
Açúcar	648.520	404.046
	648.520	404.046
Receita bruta	3.689.825	3.072.528
(-) Impostos s/vendas	(437.915)	(312.979)
(-) Devoluções a abatimentos	(56.323)	(44.259)
Total da receita	3.195.587	2.715.290

29 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matéria prima	-	-	309.267	243.260
Despesas com pessoal	-	-	304.163	260.420
Despesas com manutenção	-	-	166.120	139.098
Combustíveis e lubrificantes	-	-	126.916	118.771
Fretes, transportes e armazenagem	-	-	162.900	117.235
Depreciação	-	-	48.909	37.082
Amortização do direito de uso	-	-	330.210	396.514
Amortização do ativo biológico	-	-	308.169	288.396
Amortização da lavoura de cana	-	-	277.808	298.940
Amortização de entressafra	-	-	230.830	165.434
Outras despesas	314	137	50.597	25.675
Cbrios	-	-	48.203	39.674
Serviços prestados - pessoa jurídica	-	14	124.264	106.385
Taxas e contribuições	8	4	8.431	13.756
	322	155	2.496.787	2.250.640
Reconciliação com as despesas operacionais				
classificadas por função:				
Custo dos produtos vendidos	-	-	(2.201.504)	(2.031.213)
Despesas com vendas	-	-	(187.483)	(131.480)
Despesas administrativas e gerais	(322)	(155)	(107.800)	(87.947)
	(322)	(155)	(2.496.787)	(2.250.640)

30 Outras receitas

	Consolidado	
	2024	2023
CBIOS(i)	53.465	41.729
Recuperações diversas	4.780	7.703
Venda de sucatas	4.818	3.955
Venda de imobilizado	6.540	11.503
Crédito Extemporâneo	-	2.983
Crédito IRPJ e CSLL (ii)	18.350	-
Reversão de contingências	-	3.140
Crédito ICMS (iii)	34.111	-
Crédito Outorgado ICMS	-	72.903
Outras diversas	11.562	2.182
	133.626	146.098

(i) CBIOS

Venda de créditos de descarbonização (CBIOS) gerados conforme previsto pela lei 13.576/2017 que criou o Renovabio, utilizada como incentivo da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Tais ativos são emitidos através de metas de descarbonização e são comercializados em bolsa.

A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio

(ii) Crédito IRPJ e CSLL

Créditos judicial de imposto de renda e contribuição social conforme processo R.F.B.13.868.721920/2024-92, incidentes sobre os juros de mora e correção monetária acrescidos aos indébitos tributários.

(iii) Crédito ICMS em relação aos combustíveis no regime monofásico

Dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto. Convênio ICMS 199/22

31 Outras Despesas

	Consolidado	
	2024	2023
Provisão para contingências	(5.763)	(4.397)
Indenizações trabalhistas e cíveis	(374)	(47)
Outras diversas	(934)	(1.735)
	(7.071)	(6.179)

32 Financeiras líquidas

	Consolidado	
	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros	10.136	6.218
Variações cambiais ativas	906	9.073
Rendimento aplicações financeiras	90.940	79.078
Operações com derivativos	146.575	82.304
Outras	11.196	2.473
	259.753	179.146
Despesas financeiras		
Juros passivos consorcio	(20.594)	(15.036)
Empréstimos e Financiamentos	(202.667)	(218.499)
Passivo de arrendamento	(134.268)	(111.394)
Variações cambiais passivas	(101)	(8.969)
Operações com derivativos	(145.005)	(115.804)
Comissões liquidação antecipada	(2.355)	-
Amortização de custos de empréstimo	(3.563)	(2.911)
Outros	(8.901)	(4.985)
	(517.454)	(477.598)
Resultado financeiro líquido	(257.701)	(298.452)

33 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita bienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de curto e longo prazo.

Operações com pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia.

Não foram pagos valores a título de:

(a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego);

(b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo);

(c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e

(d) remuneração baseada em ações.

Principais saldos

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024 são saldos de dividendos referente ao exercício findo em 31 de março de 2024 e 2023.

(a) Dividendos a pagar das controladas para a controladora:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Dividendos a receber				
Colombo Agroindústria S.A.	83.261	41.463	-	-
João Colombo Agrícola S.A.	9.294	7.562	-	-
Colombo Bioenergia S.A (UTE1)	1.011	978	-	-
Colombo Bioenergia S.A (UTE2)	2.923	4.356	-	-
Colombo Bioenergia S.A (UTE3)	163	37	-	-
Colombo Bioenergia S.A (UTE4)	1.315	1.739	-	-
CGC - Administradora e corretora de seguros LTDA	325	361	-	-
	98.293	56.496	-	-
Dividendos a pagar				
Antonia Denardi Colombo - Industria Part	14.523	10.944	14.523	10.944
Daisy Ercolin Colombo - Participacoes	14.523	10.944	14.523	10.944
Gilberto Colombo - Industria Participaco	14.523	10.944	14.523	10.944
Gumercindo Colombo - Industria Participa	14.523	10.944	14.523	10.944
Helio Colombo - Industria Participacoes	14.523	10.944	14.523	10.944
JLBJ Industrial Participacoes Ltda	12.830	9.667	12.829	9.665
MMC Catanduva Participacoes Ltda	12.741	9.600	12.740	9.600
Demais acionistas - Não controladores	-	-	1.561	946
	98.186	73.988	99.745	74.931

34 Compromissos

A Companhia possui diversos acordos no mercado de açúcar etanol e energia, os volumes desses acordos estão assim apresentados:

Em 31 de março de 2024

Etanol Hidratado	187.023,7	[m ³]
Etanol Anidro	110.184,7	[m ³]
Total	297.208,4	[m³]
Energia	129.216,0	[MWh]
Exportação Cristal	2.976.000,0	Sacas 50kg
Exportação VHP	35.000,0	Sacas 50kg
Cristal MI	-	Sacas 50kg
Total	3.011.000,0	Sacas 50kg

35 Eventos subsequentes

A Companhia celebrou um contrato de empréstimo de 55 milhões com o Banco CHINA CONSTRUCTION BANK em 29 de abril de 2024. O empréstimo possui uma taxa de juros ao ano de CDI + 1,19%, com base na taxa CDI, e um prazo de amortização de 5 anos. Os recursos serão utilizados para expandir a capacidade produtiva e melhorar as operações.

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Anderson Roberto Travagini

Rogério Aparecido Ferreira de Azevedo

Conselheiro

Sergio Augusto Colombo

Flavio Eduardo Colombo

Marcio Benedito Colombo

Carlos Augusto Colombo

Carlos Roberto Colombo

Maria Lúcia Colombo Villas Boas

Fredy Assis Colombo

Contador

Marco Aurelio Belotti
TC CRC 149.826